

MARIA DO CARMO CABRAL MONTEIRO

MORAL E DIREITO EM SÃO TOMÁS DE AQUINO



LICENCIATURA EM ENSINO DE FILOSOFIA

ISE, 2006

MARIA DO CARMO CABRAL MONTEIRO

MORAL E DIREITO EM SÃO TOMÁS DE AQUINO

Trabalho científico apresentado no ISE para obtenção do grau de Licenciatura em Ensino de Filosofia, sob orientação do Mestre José Manuel Pina Delgado.

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E FILOSOFIA

MORAL E DIREITO EM SÃO TOMÁS DE AQUINO

Trabalho científico apresentado no ISE para obtenção do grau de Licenciatura em Ensino de Filosofia.

O Júri

ISE, ____/____/____

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer a todos os que fizeram parte da minha vida.

- ❖ Agradeço à minha família por tudo o que foram, fizeram e continuam a ser para mim. À minha querida mãe pela sua entrega total em prol da minha existência. À minha irmã e ao meu irmão pela união e amizade que sempre me manifestaram.
- ❖ À minha Congregação “Pequenas Irmãs Missionárias da Caridade” por tudo o que recebi.
- ❖ Ao Instituto Superior de Educação pela disponibilidade do curso, o que fez com que este meu desejo se torne uma realidade.
- ❖ Ao Departamento de História e filosofia pelo trabalho e acompanhamento prestado ao longo do curso.
- ❖ À coordenadora do curso de Filosofia Dra. Irene Cruz pela ajuda e apoio recebido ao longo do curso.
- ❖ Ao orientador, o Mestre José Manuel Pina Delgado pela sua disponibilidade e preciosa colaboração na realização deste trabalho.
- ❖ Ao professor e amigo o Mestre José Mário Correia pela sua gentileza e disponibilidade prestada na concretização deste trabalho.
- ❖ À Direcção e alunos da Escola Secundária “Manuel Lopes – Regina Silva” pela ajuda e compreensão demonstrado ao longo desses anos.
- ❖ Aos médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar pela ajuda recebida em defesa da vida.
- ❖ Aos professores e catequistas pela paciência, carinho e dedicação demonstrados.
- ❖ Aos colegas de toda a caminhada pelo apoio, incentivo e amizade.

Invoco a bênção e a graça de Deus Pai todo poderoso sobre todos.

PENSAMENTO

A vida. Oh vida!

A vida é a mais preciosa pérola do mundo. Quem a possui, valoriza-a, defende-a e guarda-a de todos os perigos até entregar ao eterno dono. No meio de tantas pedras grandes e valentes, aparece a pedra vida, a mais pequena e a mais frágil de todas, propenso ao perigo, porém, de um valor incomensurável. Cada ser humano traz em si a vida num vaso frágil, que pode romper a qualquer momento, e vazá-la. Vós que trazeis a vida num vaso de barro, tendes cuidado com ele para não se romper e desaparecer a luz da vida antes da aurora. Sentada à beira da estrada da vida vejo muitos que passam com o seu vaso frágil e muitos deles já rotos e quase ninguém as ajudam a colá-la para transportar a vida. Vós que passais com o vosso vaso frágil não canseis de a carregar jamais, com muito amor, porque sem ele não existe vida alguma. Aos vasos frágeis da vida que cuidam dos vasos frágeis da vida dos outros segurai-os com a mão de Deus até ao último momento do encontro com aquele que é o dono da vida. A vida não é nossa, nosso é somente o vaso frágil. Oh quanto insegura me sinto no transporte do vaso da minha vida. Quem me ajudará? Oh quanto perigo me cerca ao longo da estrada por onde passo com o meu vasinho frágil. Quem me auxiliará?

A todos os que cuidam do vaso frágil da minha vida, um imenso obrigado.



Maria do Carmo Cabral Monteiro

ABREVIATURAS

a	– artigo	Prov	– Livro dos Provérbios
Act	– Actos dos Apóstolos	q	– questão
A.O	– Apostolado de oração	Rom	– Epístola de São Paulo aos romanos
Cap	– Capítulo	S.d	– sem data
1Cor	– 1.ª Epístola de São Paulo aos coríntios	Sl	– Livro dos Salmos
Dan	– Profecia de Daniel		
Dt	– Livro do Deuteronómio		
Ef	– Epístola de São Paulo aos efésios		
Ez	– Profecia de Ezequiel		
Heb	– Epístola de São Paulo aos hebreus		
Ia IIae	– Primeira parte da segunda parte		
II-II	– Segunda parte da segunda parte		
II	– segundo		
III	– Tomo três		
Is	– Profecia de Isaías		
Jer	– Profecia de Jeremias		
Jo	– Evangelho Segundo São João		
1 Jo	– 1.ª Epístola de São João Evangelista		
Lc	– Evangelho Segundo São Lucas		
Liv. V cap. 1	– livro quinto capítulo 1		
Mt	– Evangelho Segundo São Mateus		
op. cit.	– opera citada		
p	– pagina		
pp.	– paginas		
1 Ped	– 1.ª Epístola de São Pedro Apóstolo		
Pol. Livro 7 cap. 11	– Política Livro sétimo capítulo 11		

ÍNDICE

Introdução	8
-------------------------	----------

CAPÍTULO I

A MORAL EM SÃO TOMÁS DE AQUINO

1. A Moral	11
2. A Ciência Moral	12
2.1. As Virtudes Teologais	14
2.1.1. A Fé	14
2.1.2. A Esperança	17
1) O desespero	18
2) A presunção	20
2.1.3. A Caridade	21
1) O objecto da caridade	23
2.2. As Virtudes Cardiais	25
2.2.1. A Prudência	25
2.2.2. A Fortaleza e a Temperança	30

CAPÍTULO II

JUSTIÇA E DIREITO EM SÃO TOMÁS DE AQUINO

1. A Justiça	33
1.1. O Julgamento	36

1.2. A divisão da justiça	38
1.3. Os vícios opostos à justiça comutativa	39
1.3.1. O homicídio	39
1.3.2. O suicídio	41
1.3.3. A mutilação dos membros	42
2. O Direito	43
2.1. A essência da Lei	43
2.2. Os tipos de Lei	45
2.2.1. A Lei eterna	46
2.2.2. A Lei natural	48
2.2.3. A Lei humana	49
2.3. O poder da Lei humana	50
2.4. As mudanças nas leis	53

CAPÍTULO III

RELAÇÃO ENTRE MORAL E DIREITO EM SÃO TOMÁS DE AQUINO

1. Moral e Direito	55
1.1. Princípio e fim da Moral e do Direito	57
1.2. Fragilidade da Moral e do Direito	62
2. Dois Problemas Especiais	65
2.1. O problema do Direito injusto	65
2.2. A questão da resistência à injustiça	67
Considerações Finais	71
Bibliografias	74

INTRODUÇÃO

Com este trabalho de fim de curso – *“Moral e Direito em São Tomás de Aquino”* – escolhido para a obtenção do grau de Licenciatura em Ensino de Filosofia, pretende-se alcançar o grande objectivo que é analisar a relação entre “Moral e Direito em São Tomás de Aquino”. Para alcançar o objectivo geral desse trabalho traçou-se três objectivos específicos, que serão abordados em três capítulos distintos.

No primeiro capítulo analisar-se-á a “Moral em São Tomás de Aquino”, onde será analisado o tratado de cada uma das sete virtudes fundamentais, excepto o “Tratado da virtude da Justiça”, que será analisado no segundo capítulo, juntamente com o “Tratado do Direito” devido à grande proximidade e afinidade entre os dois.

São Tomás reúne as inúmeras virtudes em sete, chamadas virtudes fundamentais, e essas, subdividem-se, por sua vez, em dois grupos: três teologais e quatro cardiais ou morais. As virtudes teologais têm Deus como objecto, e o Homem como sujeito que procura, através da observância e da prática dessas virtudes, alcançar o seu fim último, que é a felicidade eterna ou a beatitude. Duas das três virtudes teologais – fé e esperança – são meios que conduzem o Homem ao seu fim último, e a última, que é a caridade, não é meio mas sim a posse do fim. A caridade conduz todas as virtudes tanto as teologais como as cardiais ao bem divino. Todas as virtudes morais reduzem-se a quatro cardiais: prudência, justiça, fortaleza e temperança. Essas virtudes conduzem à felicidade que o Homem pode conseguir nesta vida com suas próprias forças naturais. Porém, não são suficientes para alcançar a beatitude; são necessárias as virtudes teologais, infundidas directamente por Deus no Homem.

No segundo capítulo analisar-se-á a “Justiça e o Direito em São Tomás de Aquino”. Relativamente ao Tratado da Justiça, serão analisadas algumas questões que têm a ver com a virtude da Justiça, tais como: o direito objecto da justiça, o julgamento, se é lícito ou não julgar, quem pode proferi-lo; a divisão da justiça; os vícios contrários à justiça comutativa, tais como: o homicídio, o suicídio e a mutilação dos membros. No Tratado do Direito serão abordadas as questões que têm a ver com as leis, por exemplo: a essência da lei, os tipos de lei, a lei eterna, a lei natural, a lei humana, o poder da lei humana e as mudanças nas leis.

No terceiro capítulo relaciona-se a Moral e o Direito em São Tomás de Aquino, que consiste em demonstrar se existe ou não a relação entre a Moral e o Direito; a importância e

actualidade do pensamento aquiniano. Ainda neste capítulo serão abordados alguns dos problemas relacionados com a Moral e o Direito tais como: o problema do direito injusto e a questão da resistência ao direito injusto, isto é, se o direito injusto é ou não direito e se deve ou não resistir ao direito injusto, e ainda, a que tipo de acto ou lei injusta se se deve ou não resistir.

Como metodologia de trabalho optou-se pela análise bibliográfica, concretamente a análise da Moral e do Direito em São Tomás de Aquino, na sua célebre obra “*Suma Teológica*”, na parte que trata da Moral e do Direito; pesquisa bibliográfica e consulta documental de outros autores relacionados com a Moral e o Direito em São Tomás de Aquino.

Foi escolhido este tema por tratar de questão de grande actualidade e inesgotável. As mesmas questões que foram colocadas, e constituíram-se em objecto de reflexão, pelo Doutor Angélico outrora, são ainda hoje retomadas pelos grandes filósofos da Moral e do Direito.

Algumas dessas questões são: deverá ou não haver uma relação entre Moral e Direito; o direito injusto é ou não direito; deve-se ou não resistir ao direito injusto. Houve pensadores, principalmente os jusnaturalistas, que defendem que o Direito deve ter uma base, suporte ou conteúdo Moral. Só assim o será. Caso contrário, pode ser tudo, menos Direito. Também houve pensadores, especialmente da corrente do positivismo jurídico, que defendem que o Direito não tem que ter necessariamente conteúdo Moral. Estas questões já tinham aflorado por São Tomás no século XIII.

Outro motivo que justifica o interesse pelo tema é o apelo à importância da formação do ser humano na sua integridade, isto é, um ser equilibrado, maturo, sadio, modesto, sábio, justo, livre e feliz no mundo, porém sem perder o horizonte do além.

Um dos grandes filósofos da Moral e do Direito foi São Tomás de Aquino¹. As suas teses e contribuições no campo da Moral e do Direito com o intuito de auxiliar o ser humano a

¹ Tomás de Aquino pertence à família dos condes de Aquino, tendo nascido em Roccasecca, perto da Abadia de Monte Cassino, na Itália Central, em 1225. Estudou primeiramente no mosteiro dos Monges beneditinos e depois na Universidade de Nápoles. Em 1243, ingressou na ordem dos dominicanos, em Nápoles, contrariando a vontade da família que tudo fizera para o desviar, mas sem sucesso. Completou os seus estudos em Paris e em Colónia, tendo como mestre Alberto Magno. Tomás era um homem alto, gordo e de poucas palavras a ponto de seus colegas de estudo o chamarem de boi mudo da Sicília. Escreveu várias obras e opúsculos entre as quais se destaca a sua obra-prima ‘Suma Teológica’, que lhe valeu o nome de Doutor Angélico. Teve mérito de recorrer à filosofia do seu tempo e à de Aristóteles para esclarecer a Revelação. Desempenhou importantes cargos na sua ordem e na Igreja. Aos finais dos seus quarenta anos a sua saúde começa a debilitar-se e no inverno de 1274

ser melhor e feliz são fundamentais e indispensáveis. É esse grande homem, admirador do mundo e de Deus, influenciado por Aristóteles e pelo Cristianismo, que ultrapassou o tempo e o espaço, que servirá de suporte neste trabalho.

Se partirmos do princípio de que o Homem é um ser inacabado, admitiremos que não se pode deixá-lo à deriva, ou seja, sem guia. Ele precisará, desde a mais tenra idade e por toda a vida, de orientações e motivação para não desanimar e não se perder na vida.

O meio mais seguro e mais eficaz que, segundo São Tomás, conduz o ser humano à verdadeira meta, isto é, ao seu fim último, é o conhecimento e o cultivo das virtudes. Daí o apelo para que o Homem tenha a coragem de despir o traje da ignorância, que gera vícios e sofrimentos, e vestir as vestes da virtude, que geram sábios e santos. Mas, isso só será possível se ele for capaz de se deixar guiar pelas virtudes que o ajudam a iluminar e a abrir os olhos da sabedoria e do entendimento e caminhar na via da prudência e da justiça, como meio, e da caridade, como fim último do Homem por ser a união amistosa com Deus. Enquanto isso não se concretizar, o Homem continuará frágil, perante si próprio, perante o seu semelhante e perante a própria Natureza.

São Tomás coloca a Moral como centro de toda esfera humana e o Direito como instrumento para a sua concretização. Segundo ele, não existe Direito a não ser ao serviço da Justiça, isto é, da Moral.

O grande desafio desse trabalho é demonstrar a relação entre Moral e Direito em São Tomás de Aquino; resolver os dois problemas especiais, (o da resistência de um direito injusto, e a resistência ao direito injusto); mostrar a actualidade do seu pensamento e importância do mesmo para o ser humano, para a sociedade e para o mundo e, de modo especial o nosso mundo, e finalmente, encorajar o Homem a conhecê-los, a conciliá-los e a cultivá-los se quiser ser verdadeiramente humano.

morre enquanto viajava ao serviço da Igreja. Foi canonizado um século após o seu nascimento e declarado Doutor da Igreja. (Cf. ABBAGNANO, Nicola. *História da Filosofia*. Vol. 4. 5ª Edição. Lisboa. Editorial Presença. 2000. pp. 18-19.): (IGREJA CATÓLICA. *Missal Popular* – Ferial, Comuns Santoral. Vol. II. Coimbra. Gráfica de Coimbra. 1983. p. 1056).

CAPÍTULO I

A MORAL EM SÃO TOMÁS DE AQUINO

1. A MORAL

Neste primeiro capítulo analisar-se-á a Moral tomista. O fundamento da teoria Moral de São Tomás é o estudo das virtudes. A Moral tomista tem duas dimensões: teológica e humana. A dimensão teológica tem Deus como centro de toda actividade moral, isto é, Deus como origem, objecto, motivo e fim. Pode-se ver isso no estudo das três virtudes teologais. A dimensão humana tem como centro de toda actividade moral a acção humana, ou seja, os actos do Homem. Essa dimensão materializa-se no estudo das virtudes morais.

O meio que conduz o Homem ao seu fim último é o conhecimento e o cultivo das virtudes. São Tomás não encontrou outro meio onde o ser humano pudesse ser virtuoso e caminhar para a felicidade, sem o conhecimento e o cultivo das virtudes, que são os grandes desafios para o Homem.

A moral de São Tomás tem as seguintes características: é uma moral da bem-aventurança ou da felicidade; é uma moral da liberdade; é uma moral da graça e moral da caridade.

Moral da bem-aventurança ou da felicidade é o fim último do Homem, porque é o fundamento último da vida. Moral da liberdade, porque o Homem caminha para seu fim por actos, que só na medida em que são voluntários e livres são especificamente humanos; essa actividade que se conduz livremente e não é conduzida passivamente para seu fim distingue o homem dos seres infra-humanos e o revela como imagem de Deus, seu exemplo. Moral da graça, porque o Homem é chamado e destinado a um fim desinteressado, que ultrapassa a sua capacidade, e só pode alcançar com ajuda da graça. Moral, por fim, da virtude, da virtude da caridade sobretudo, porque só ela se une afectivamente a Deus como regra suprema e fim último da existência moral².

A existência moral começa e fundamenta-se no facto de Deus comunicar o seu ser e bem ao Homem pela criação e pela graça e este só se abre, se aperfeiçoa e se humaniza

² ALBA, Luís Lago. Introdução – in SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica* III, Parte II-II (a). Madrid. Biblioteca de Autores Cristianos. 2002. p. 9.

entrando progressivamente em comunhão, comunicação e participação com o ser divino pela virtude. A perfeição moral consiste na união amistosa com Deus. Todas as demais virtudes o são na medida em que expressam essa amizade do Homem com Deus³.

2. A CIÊNCIA MORAL

A Ciência Moral reduz-se ao estudo das virtudes. A virtude é, para São Tomás, a realidade mais importante da existência moral, depois da bem-aventurança, a que ordena, e por isso deve ser também o princípio da inteligibilidade e da organização da Ciência Moral. A virtude é um hábito bom que faz bom o sujeito que o possui e a sua acção, porque ajuda o Homem a orientar-se para o fim último da sua vida; é o princípio da actividade moral pelo qual ele alcança esse fim, e por isso todas as demais realidades morais tendem e organizam-se em função da virtude⁴.

As virtudes são energias espirituais que actualizam o ser do Homem, e o encaminham à sua plena realização e a antecipam progressivamente pelo caminho da virtude; o Homem aproxima-se, assim, a ser plena e perfeitamente o que está chamado a ser. A prática e a ciência das virtudes morais significam o esforço para harmonizar a sua natureza, inserindo no campo das acções e paixões humanas as exigências do bem racional humano⁵.

Todas as virtudes reduzem-se a sete fundamentais: três teologais e quatro cardiais. As virtudes teologais são três: fé, esperança e caridade. São virtudes porque aperfeiçoam o Homem, e são teologais por ter Deus como origem, objecto, motivo e fim⁶.

Pela fé, o Homem conhece Deus como verdade primeira e fim último de sua vida. A fé aperfeiçoa o entendimento do Homem, não por ser uma realidade que não vê, mas por ter Deus como motivo que se revela como verdade primeira, e por tomar a verdade de Deus como norma do entendimento humano. Pela esperança o Homem tende a possuir Deus como bem supremo beatificante. A esperança não é virtude que tem como objecto a bem-aventurança, que o Homem não possui, mas porque ele confia em Deus, se apoia em Deus para possuir a Deus. Pela caridade o Homem une-se a Ele em comunhão amistosa. A caridade é virtude

³ Idem, ibidem, p. 7.

⁴ Idem, ibidem, p. 5.

⁵ Idem, ibidem, p. 6.

⁶ Idem, ibidem, p. 7.

teologal enquanto que o Homem ama a Deus, que Lhe comunica amistosamente sua própria bem-aventurança, e se une a Ele como norma primeira de moralidade e fim último da vida⁷.

As virtudes morais organizam-se em torno das quatro cardiais. São Tomás reduz o estudo das numerosas virtudes morais ao estudo das quatro cardiais, porque essas desempenham o papel de charneira. As virtudes cardiais são: prudência, justiça, fortaleza e temperança. O Doutor Angélico hierarquiza-as segundo a proximidade das mesmas com a razão porque elas introduzem no âmbito das paixões humanas as exigências do bem racional. A primazia vai para a prudência que, como virtude intelectual e moral, reside na razão; depois segue a justiça, que reside na vontade e estende-se ao âmbito das acções humanas; por fim, a fortaleza e a temperança, que têm sua sede no apetite sensitivo, irascível e concupiscível respectivamente, e cujo campo de actividade é o das paixões⁸.

No estudo das virtudes cardiais Aquino estuda a prudência como virtude intelectual e moral. A prudência como virtude intelectual aproxima-se da sabedoria, cujos princípios últimos aplica a situação concreta, aconselhando e ordenando a recta acção, por isso é virtude moral⁹.

A justiça porque tem a sua sede na vontade e participa da racionalidade e tem como objecto não só os actos que se refere ao sujeito da virtude, mas também ao próximo, lhe corresponde uma primazia sobre as outras virtudes morais. Ela promove a realização do bem humano integral, que não é só o do indivíduo, mas também do próximo e o da sociedade posto que a pessoa sempre existe em sociedade¹⁰.

As duas últimas virtudes cardiais – fortaleza e temperança – embora de importância menor por incidir sobre as paixões, são necessárias para a humanização e perfeição da natureza humana.

A caridade, como virtude do fim último, não pode existir sem essas virtudes morais que capacitam o Homem para realizar os bens parciais e alcançar os fins intermédios, mediante os quais o homem caminha para seu fim último. As virtudes morais adquirem sua perfeição ou plena realidade de virtudes graças à caridade, que as ordena para o fim último da vida¹¹.

⁷ Idem, ibidem.

⁸ Idem, ibidem, p. 8.

⁹ Idem, ibidem.

¹⁰ Idem, ibidem.

¹¹ Idem, ibidem.

2.1. As Virtudes Teológicas

2.1.1. A Fé

São Tomás começa a sua *‘Suma Teológica’* tratando de Deus, do Homem e seu destino. Deus, como Verdade e Bem. O Homem como ser esfomeado de felicidade, que só descansa em Deus.

Ao estudar as virtudes teológicas São Tomás dá primazia à fé, porque ela tem Deus como origem, objecto, motivo e fim. A fé tem prioridade porque é através dela que o Homem conhece Deus como Verdade Primeira e fim último da sua vida. Dá prioridade a Deus, mas não deixa de fora o Homem. O objecto da fé é Deus e o sujeito da fé é o Homem. A fé aperfeiçoa o entendimento do Homem, não por tratar de uma realidade que não vê, mas por ter Deus como motivo, que se revela como Verdade Primeira e por tomar a Verdade de Deus como norma do entendimento humano¹².

A fé não pode cair sobre algo falso, porque é Deus o objecto da fé, e Deus não é algo falso. Porém, como é o Homem, o sujeito da fé, ele pode crer em algo falso, se não for Deus o seu objecto. A fé é a virtude que aperfeiçoa o entendimento, e está sob a luz da Verdade Primeira. O objecto da fé não pode ser algo visto, é algo inevidente e essencialmente divino¹³. “A fé é o fundamento das coisas que se esperam e uma demonstração das que não se vêem” (Heb 11, 1)¹⁴. “Hoje vemos em um espelho, de maneira confusa, mas então veremos face a face” (1 Cor 13, 12)¹⁵. Tal como São Tomás, o crente não precisa ver para crer, acredita sem ver, sem tocar, apenas sente. Pode-se perceber isso em várias passagens da Sagrada Escritura. “Meu Senhor e meu Deus, disse Tomé à Jesus, e Jesus lhe responde: porque Me viste, acreditaste. Bem-aventurados os que sem terem visto, acreditam” (Jo 20, 28-29).

O acto de crer é voluntário, mas se o Homem não acreditar, ele sofrerá as consequências. O que se aproxima de Deus tem de crer que Ele existe, sem a fé é impossível agradar a Deus¹⁶.

¹² Idem, ibidem, p. 7.

¹³ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., pp. 44-48 (q.1 a.1-4).

¹⁴ Idem, ibidem, p. 48 (q.1 a.4).

¹⁵ Idem, ibidem, p. 49 (q.1 a.5).

¹⁶ Idem, ibidem, p. 51 (q.1 a.6).

A fé pode aumentar ou enfraquecer com o passar dos tempos. Não é adquirida de uma vez, ela acontece progressivamente. O progresso no conhecimento da fé acontece de duas maneiras: uma, por parte de quem ensina e outra por parte de quem aprende. Assim como o mestre que conhece bem o seu ofício não transmite de uma vez ao aprendiz, já que este não poderia compreendê-lo, mas o transmite pouco a pouco, adaptando-se à sua capacidade, da mesma forma progredirá o Homem no conhecimento da fé com o passar dos tempos¹⁷.

É necessário crer para se salvar? Segundo a Escritura, sim. Sem a fé é impossível agradar a Deus. A bem-aventurança última do Homem consiste na visão sobrenatural de Deus. O Homem não recebe esse ensinamento de repente, mas de forma progressiva. Para que ele consiga chegar a visão perfeita da bem-aventurança, deve crer em Deus como o discípulo no mestre que ensina¹⁸.

São Tomás pergunta se o sujeito da fé é o entendimento ou a vontade. E responde que o sujeito da fé é o Homem dotado de vontade e de entendimento. O Homem para crer é necessário que a sua vontade esteja disposta a obedecer, mas também que o seu entendimento esteja disposto a efectuar o mandato da vontade¹⁹. Se o acto da fé exige como seu fim o objecto da vontade que é o bem, e o bem que constitui o fim da fé é o bem divino que é o objecto da caridade, por conseguinte a caridade é a forma da fé. Por outras palavras, a caridade ordena os actos das demais virtudes ao fim último, e por isso também dá as demais virtudes a forma²⁰.

A fé é virtude porque se funda na verdade divina que é infalível e não está sujeita ao erro. A fé que se funda na razão humana não é virtude porque é falível e susceptível ao erro²¹.

A fé é superior à ciência e às virtudes intelectuais como razão de sua matéria já que se debruça sobre coisas eternas que não se podem mudar. As que debruçam sobre as coisas necessárias como a sabedoria, a ciência e o entendimento não podem ser superiores à fé. Esta é mais certa que as três virtudes referidas, porque se funda na verdade divina, enquanto que essas outras três virtudes se apoiam na razão humana²².

A ciência, a sabedoria e o entendimento são virtudes intelectuais e se fundam na razão natural, a qual carece de certeza da palavra de Deus, em que se apoia a fé. Como as coisas da fé ultrapassam o entendimento humano, o que não acontece com as outras virtudes citadas,

¹⁷ Idem, ibidem, p. 53 (q.1 a.7).

¹⁸ Idem, ibidem, p. 63 (q.2 a.3).

¹⁹ Idem, ibidem, p. 78 (q.4 a.2).

²⁰ Idem, ibidem, p. 79 (q.4 a.3).

²¹ Idem, ibidem, p. 81 (q.4 a.5).

²² Idem, ibidem, p. 85 (q.4 a.8).

neste sentido a fé é menos certa que elas, em relação a nós²³. O Homem não alcança através do entendimento as verdades da fé. Estas ultrapassam a sua capacidade enquanto Homem. Só através da fé o Homem pode, deve e consegue aderir às realidades eternas.

O Homem necessita da fé para crer nas coisas que não consegue ver e demonstrar, mas que sente que existe: *“pela fé se crê no que não se vê”*²⁴. O seu entendimento não consegue entender, a sua razão não consegue captar os mistérios que o envolve e o mesmo a toda a criação. As suas palavras não conseguem explicar e expressar a grandeza e a profundidade dos mistérios. Só a fé faz o ser humano sair desse impasse, crendo sem contudo ver, na esperança de que irá contemplar face a face o que crê. Os olhos humanos vêem, mas tudo confuso. O Homem só se apropria dos mistérios divinos crendo. Só a fé o faz aproximar-se de Deus e estar com Ele. A fé cura todas as enfermidades humanas, tanto as espirituais como as físicas.

A fé é infusa ao Homem por Deus, mas o Homem deve cultivá-la e fazê-la crescer: *“porque é pela graça que fostes salvos, mediante a fé. E isto não é a vós que se deve; é dom de Deus; não vem das obras, para ninguém, se poder gloriar”* (Ef 2, 8-9). O Homem deve corresponder ao dom recebido. O acto de crer depende da vontade do crente, porém é necessário a graça de Deus para se elevar às coisas que estão acima da sua natureza²⁵.

O temor é o efeito da fé. Segundo São Tomás o temor é o efeito da fé porque se não tememos a Deus não cremos Nele. A nossa fé leva-nos a aspirar a uma vida melhor, e por isso evitamos o mal e aderimos ao bem. Como desejamos contemplar e unir-mo-nos a Deus tememos andar pelos caminhos que nos apartam desse fim²⁶.

Em suma, a fé é a luz que ilumina o Homem para ver o Bem. Ela é o caminho que conduz o homem ao verdadeiro Bem. Ninguém vive sem fé. O Homem pode ter fé em coisas passageiras e fúteis, mas acredita em alguma coisa. Pode ser que o objecto, o motivo, a origem e o fim da sua fé não seja o verdadeiro objecto, isto é, não seja aquilo que o leva ao fim último, a felicidade eterna, que é a bem-aventurança, mas tem que acreditar nela.

2.1.2. A Esperança

²³ Idem, ibidem.

²⁴ Idem, ibidem, p. 87 (q.5 a.1).

²⁵ Idem, ibidem, p. 92 (q.6 a.1).

²⁶ Idem, ibidem, p. 94 (q.7 a.1).

O Tratado da Esperança é o mais breve tratado elaborado por São Tomás na sua obra *‘Suma Teológica’*, porque foi precisamente quando ele o elaborava que a morte chamou-o ao encontro com aquele que ele chama de Amigo ‘Deus’.

A virtude da esperança é a segunda virtude teologal, porque se segue à fé, a primeira virtude teologal, e tem Deus como objecto. A esperança não é a posse do fim mas o caminho para lá. Toda a esperança humana deve ser canalizada à suprema esperança, porque se o Homem não tiver a esperança da esperança, a sua esperança resulta em algo vão e passageiro. O Homem não deve desejar qualquer bem menor que Deus – o Bem maior.

Segundo São Tomás, o Homem não deve pedir a Deus qualquer tipo de bem, mas somente o que conduz a bem-aventurança eterna. Daí que a esperança se dirige principalmente à bem-aventurança eterna. Em troca, os demais bens que se pedem a Deus são considerados secundários, em relação à bem-aventurança eterna. Por isso, o Homem que espera a bem-aventurança eterna nada lhe parece difícil em ordem a atingi-la²⁷.

Não é lícito, segundo Aquino, esperar no Homem ou em outra criatura a causa primeira conducente à bem-aventurança, porém é lícito, sem impedimento, esperar no Homem ou em outra criatura, um agente secundário instrumental, que ajuda a conseguir qualquer bem ordenado à bem-aventurança²⁸. É nesse aspecto que o Homem recorre aos santos e a outras pessoas como auxílio para conseguir alcançar o Bem Supremo. Diz Aquino: o Homem que confia no Homem, como o autor principal de salvação, é digno de vitupério. O mesmo não se pode dizer relativamente aos que vêem nele o instrumento em dependência de Deus²⁹.

A esperança faz com que o Homem adira a Deus, enquanto princípio de perfeita bondade e por ela nos apoiamos no auxílio divino para conseguir a bem-aventurança. E por isso, o objecto da esperança é por um lado a bem-aventurança eterna, e, por outro, o auxílio divino. A esperança é a porta da fé, porque por ela o Homem entra para ver o que crê³⁰.

Em São Tomás, todo o esforço do Homem só tem sentido e valor se for direccionado para Deus, seu fim último. O Homem pode ganhar tudo, mas se perder o horizonte final, a sua vida é como a nuvem. Dizia Jesus: *“Que aproveita ao Homem ganhar o mundo inteiro, perdendo-se ou condenando-se a si mesmo?”* (Lc 9, 25).

²⁷ Idem, ibidem, p. 161 (q.17 a.2).

²⁸ Idem, ibidem, p. 164 (q.17 a.4).

²⁹ Idem, ibidem, p. 239 (q.25 a.1).

³⁰ Idem, ibidem, p. 168 (q.17 a.7).

A esperança é, para os que peregrinam na Terra, isto é, os que estão a caminho e não para os que já estão na posse da bem-aventurança eterna. Segundo Aquino, assim como não se dá a esperança nos bem-aventurados, também não se dá a esperança nos condenados, porque os bens divinos não são para eles futuros possíveis³¹. Àqueles que não têm esperança não se podem dar esperança.

A esperança não se apoia principalmente na graça já recebida, mas na onnipotência e misericórdia divina pela qual quem não tem a graça pode conseguí-la e assim chegar a vida eterna³². Deus é justiça e misericórdia, por isso, a consideração de sua justiça promove em nós o temor, e da consideração de sua misericórdia brota em nós a esperança. Desse modo Deus é objecto de esperança e de temor³³.

1) O desespero

São Tomás ao tratar dos vícios opostos à esperança, pergunta se desespero é pecado. Ele responde que o desespero não só é pecado, mas também princípio do pecado, porque induz o homem ao pecado³⁴. A falsa apreciação de Deus leva o Homem a pensar que Ele nega o perdão a quem se arrepende ou que não a converte em graça. É melhor ter a verdadeira apreciação de Deus porque, assim, evita-se qualquer espécie de desespero³⁵.

A conversão aos bens transitórios leva o Homem a negar os bens imutáveis e isso implica o abandono de Deus, e se o Homem abandonar a Deus, por necessidade procura outros bens. O que encherá o vazio humano se não Deus? Quem não procura aproximar-se de Deus é porque quer separar-se d'Ele.

O desespero pode vir do temor de Deus ou do horror dos próprios pecados quando alguém fizer o mau uso dos bens, toma-os como ocasião para desesperar. Às vezes, o homem ensoberbece tanto de suas virtudes que a própria soberba destrói as boas obras que tem praticado. Não se deve desesperar, segundo Aquino, daquilo a que não está chamado ou a que não se tem direito a obter, como, por exemplo, que um médico desespere por não conseguir a cura de um doente ou que alguém desespere por não conseguir riqueza³⁶. A esperança deve

³¹ Idem, ibidem, p. 172 (q.18 a.3).

³² Idem, ibidem, p. 173 (q.18 a.4).

³³ Idem, ibidem, p. 176 (q.19 a.1).

³⁴ Idem, ibidem, p. 189 (q.20 a.1).

³⁵ Idem, ibidem.

³⁶ Idem, ibidem, p. 190 (q.20 a.1).

ser o ar que respiramos, a água que bebemos, e a luz que nos ilumina. Se cada vez que não conseguirmos o que queremos, caímos no desespero, não vamos longe.

Para São Tomás, o desespero é pecado gravíssimo, porque este, desde que oposto às virtudes teologais resta-se por seu género, mais graves que os demais, dado que as virtudes teologais têm por objecto a Deus e os pecados opostos a elas mostram principal aversão a Deus.³⁷ O desespero é grave, porque a pessoa que atinge este estado de espírito dá mostras de não esperar a participação da bondade infinita de Deus. Desesperar é o mesmo que odiar a Deus³⁸.

Daí que a esperança afasta-nos do mal e nos insere na senda do bem. Por isso, perdendo a esperança, o Homem lança-se sem freio no vício e abandona todas as boas obras. Não há nada mais terrível do que a falta da esperança. Quando o Homem não tiver mais esperança, nem as suas forças, nem as dos outros conseguem ajudá-lo a reerguer-se, restando à pessoa o caos, porque a sua vida é inferno. O inferno não é outra coisa, senão a falta de esperança. *“Continuar no pecado é morte para a alma; desesperar é descer ao inferno”*³⁹.

O Homem não deve desesperar-se em momento algum, para não desfalecer. *“Se te deixas abater no dia da adversidade, débil será a tua força”* (Prov 24, 10)⁴⁰. Devemos ter força suficiente para resistir a qualquer contrariedade que aparece na vida e nunca desesperar.

*“Não há coisa mais terrível que o desespero; quem disso padece, perde a constância não só nos trabalhos comuns desta vida, e muito mais ainda no combate pela fé”*⁴¹.

O desespero, segundo São Tomás, nasce da ascídia que é um tipo de tristeza que abate o espírito e gera a desesperação. *“A esperança causa prazer; aqueles que estão rodeados de prazer se abrem mais à esperança, da mesma maneira que aqueles que vivem em tristeza caem com maior facilidade no desespero”*. *“O Homem entristecido não pensa facilmente nas coisas grandes e agradáveis, mas só nas coisas tristes, a não ser que com muito esforço se afaste do que é triste. A esperança gera alegria, e alegria gera uma esperança mais forte. A ascídia gera a tristeza e a tristeza gera o desespero. A alegria é o alimento da esperança que dá sentido à vida para suportar as durezas do caminho”*⁴².

É necessário não cultivar a tristeza e afastá-la da vida, e cultivar a alegria a todo custo. A alegria é o melhor remédio da vida. O Homem sem alegria adoece e morre. Devemos

³⁷ Idem, ibidem, p. 191 (q.20 a.3).

³⁸ Idem, ibidem.

³⁹ Idem, ibidem, p. 192 (q.20 a.3).

⁴⁰ Idem, ibidem.

⁴¹ Idem, ibidem.

⁴² Idem, ibidem, p. 193 (q.20 a.4).

cultivar as coisas que nos dão alegria e dissipar as que nos dão tristeza. A vida sem alegria é como a terra sem água e como a noite sem luz. Do prazer nasce alegria, da alegria nasce a esperança e da esperança nasce o gozo e do gozo nasce a vida, porém, da ascídia nasce a tristeza, da tristeza nasce o desespero e do desespero nasce a morte (eterna).

2) A presunção

A presunção é esperança exagerada ou em si ou em algo que não o merece. Ela despreza a justiça divina que castiga os pecadores. Assim como o desespero é desprezo da misericórdia divina em que se apoia a esperança, também a presunção é desprezo da justiça divina, que castiga os pecadores⁴³.

São Tomás concorda que a presunção não se funda em Deus, mas no valor pessoal, porque se acha que Deus não faz justiça que está assente de culpa e de castigo, que pode fazer o que bem entender, porque está salva. Tanto a misericórdia como a justiça estão em Deus. Deus é misericórdia e justiça. A presunção acontece quando o Homem confia nas próprias forças, e tem algo como possível, porém, que está acima da sua capacidade pessoal⁴⁴.

Segundo São Tomás, existe duas formas de presunção: uma que é confiança exagerada na própria capacidade, e outra é a esperança nos benefícios divinos sem qualquer mérito: isso ocorre com pessoas que querem o perdão sem qualquer arrependimento ou glória sem méritos. A segunda forma de presunção é mais grave do que a primeira porque a presunção que apoia desordenadamente em Deus é mais grave que a que se funda nas próprias forças, porque apoiar no poder de Deus para conseguir o que não merece, equivale o desprezo desse mesmo poder⁴⁵.

Assim como o desespero é devido ao falso entendimento de que Deus não perdoa aos penitentes ou que não conduz os pecadores à penitência, também é falso pensar que Deus concede perdão aos que perseverem no pecado e dá glória aos que não fazem o bem⁴⁶. O Homem não deve nunca perder a esperança na misericórdia de Deus, porque Deus é misericórdia, mas também não deve nunca se considerar digno de perdão ou de glória se não o merecer, porque estaria a tentar contra a justiça de Deus. Assim como Deus é misericórdia, é também justiça, considerá-Lo de forma diferente é falsidade e, por conseguinte, pecado⁴⁷.

⁴³ Idem, ibidem, p. 194 (q.21 a.1).

⁴⁴ Idem, ibidem.

⁴⁵ Idem, ibidem.

⁴⁶ Idem, ibidem, p. 195 (q.21 a.2).

⁴⁷ Idem, ibidem.

É presunção quando um peca com propósito de continuar no pecado e com esperança de perdão. Não é presunção quando alguém peca com esperança de alcançar, a seu tempo, o perdão com propósito de abster-se do pecado e de sentir a dor de ter pecado⁴⁸.

Tanto a presunção como a esperança centra-se no mesmo objecto. Porém, a esperança com ordem e a presunção com desordem. A presunção tem falsa semelhança com a esperança porque é uma desordenada esperança em Deus⁴⁹.

Segundo São Tomás, a presunção origina-se da vanglória. Quando alguém confia no próprio poder para conseguir o que está acima da sua capacidade é vanglória. O mesmo acontece com a presunção que se apoia de maneira desordenada na misericórdia ou no poder divino de esperar alcançar glória sem mérito e perdão sem arrependimento.

O Homem, às vezes, considera-se tanto que chega a pensar que mesmo pecando, Deus não lhe há-de castigar e nem lhe há-de excluir da glória⁵⁰. Pensar assim é muito perigoso, porque pode levá-lo a fazer tudo o que quiser porque acha que receberá perdão e glória. Infelizmente, temos homens presunçosos no nosso mundo. Esses querem a todo o custo obrigar Deus a perdoar-lhes e a premiar-lhes pelos actos danosos que fazem. O Homem peca e continua no pecado porque tem falsa ideia de que Deus perdoará mesmo que ele não se arrependa. Como mudar de vida, se o Homem tem falsa ideia de Deus? São Tomás pensa que isso não é ignorância, mas sim, vanglória, (S. Gregório, citado por São Tomás)⁵¹.

2.1.3. A Caridade

A Caridade é a forma de amizade do Homem com Deus, e a amizade é a forma mais elevada de amor. A caridade é a virtude que nos une afectivamente a Deus, a primeira regra da moralidade e fim último da vida. É a raiz, mãe e forma de todas as virtudes, sem a qual nenhuma é verdadeiramente virtude. É graças a ela que todas são virtudes. Ela torna o Homem semelhante a Deus⁵². A caridade é a terceira virtude teologal.

São Tomás dá grande ênfase à virtude da caridade e considera-se como núcleo de todas as virtudes. A caridade leva à perfeição das outras virtudes. Ela é a forma de todas as

⁴⁸ Idem, ibidem.

⁴⁹ Idem, ibidem, p. 196 (q.21 a.3).

⁵⁰ Idem, ibidem, p. 197 (q.21 a.4).

⁵¹ Idem, ibidem.

⁵² ALBA, Luís Lago. Introdução – in SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., p. 201.

virtudes. Não existe caridade sem virtudes morais, nem estas existem plenamente como virtude sem a caridade⁵³. É ela que conduz o Homem através das virtudes morais à perfeição, isto é, ao fim último. O fim último não é outra coisa senão a união do Homem com Deus seu criador e Pai. Se o Homem durante a sua vida não viver de caridade e na caridade perdeu tempo. Como diz São Paulo:

“Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver caridade, sou como bronze que ressoa, ou como címbalo que tine. Ainda que eu tenha o dom da profecia e conheça todos os mistérios e toda a ciência, ainda que possua a fé em plenitude, a ponto de transportar montanhas, se não tiver caridade, nada sou. Ainda que distribua todos os meus bens em esmolas e entregar o meu corpo a fim de ser queimado, se não tiver caridade, de nada me aproveita.

A caridade é paciente, a caridade é benigna, não é invejosa; a caridade não se ufana, não se ensoberbece, não é inconveniente, não procura o seu interesse, não se irrita, não suspeita mal, não se alegra com a injustiça, mas rejubila com a verdade. Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta” (1 Cor 13, 1-7).

A grande e a melhor conquista do Homem é conseguir a amizade de Deus, ou seja, o seu amor. Tudo o que o Homem deve fazer na vida é conseguir conquistar a amizade de Deus. Essa amizade começa na vida presente, quando o Homem souber ser amigo do seu semelhante, e tornar-se-á plena quando o Homem for ver Deus face a face.

São Tomás começa o seu tratado de caridade, perguntando se a caridade é amizade. Responde que a caridade é amizade porque só quem ama sem interesse, querendo apenas o bem do outro, e não o seu bem, é verdadeiramente amigo. *“O amor tem razão de amizade só quando se ama alguém de tal maneira que só lhe queremos o bem”*⁵⁴; se alguém amar o outro com segundas intenções, isto é, como amar as coisas, o seu amor não é amor de amizade, mas sim, de concupiscência⁵⁵.

A amizade deve ser desinteressada, querendo apenas o bem do amado (a) e não o nosso bem. *“Não há maior prova de amor do que dar a vida pelos amigos”* (Jo 15, 13).

A caridade não é qualquer amizade, mas a amizade total. É aquela que quer até o bem dos próprios inimigos. O amor do amigo pode ser tão grande que por ele se ama até mesmo os seus, mesmo que nos ofendam, ou nos odeiem⁵⁶. *“Deste modo, a amizade de caridade*

⁵³ Idem, ibidem, p. 7.

⁵⁴ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., p. 213 (q.23 a.1).

⁵⁵ Idem, ibidem.

⁵⁶ Idem, ibidem.

estende-se, incluindo os inimigos, a quem amamos por caridade em ordem a Deus com quem principalmente se tem a amizade de caridade”⁵⁷.

A caridade é virtude porque aperfeiçoa o Homem a ponto de amar e querer só o bem do outro. “*A caridade é uma virtude que, quando o nosso afecto é rectíssimo, nos une a Deus, com a qual o amamos*” (Santo Agostinho – in São Tomás)⁵⁸.

1) O objecto da caridade

A caridade estende-se tanto a Deus como ao próximo. A razão do amor ao próximo é Deus⁵⁹. Quem pensar que amar a Deus não implica amar o próximo, engana-se a si mesmo. “*Se alguém disser: ‘eu amo a Deus’, mas odiar a seu irmão, é mentiroso pois quem não ama a seu irmão, ao qual vê, como pode amar a Deus, que não vê?*” (1 Jo 4,20). Se deve amar o próximo com caridade, e tem que considerar de próximo todo o Homem, e os pecadores são homens, logo se deve amar também os pecadores por caridade⁶⁰.

As culpas ou os actos maus dos pecadores devem ser odiados por todos, inclusive pelos seus parentes, porém a sua pessoa deve ser amada com caridade de Deus como capaz da bem-aventurança⁶¹. O Homem que odiar o outro porque é mau e não amar com caridade está sendo igual a ele. “*Devemos amar os nossos inimigos, porque se amamos só os que nos amam que recompensa teremos? Também os pagãos amam os que lhes amam*” (Mt 5, 44).

São Tomás concorda que se a pessoa dá esperança de melhora, isto é, de correcção, que se deve dar todo o apoio e amizade para recuperar a virtude, mais do que se faz para recuperar qualquer outro bem, contudo, se se demonstrar incorrigível, ou seja, incapaz de emendar as suas faltas, tanto a lei divina como a lei humana prescreve a sua morte, como meio de impedir que cometa mais pecados⁶².

A condenação que se deve dar não é por ódio ao pecador, mas por amor de caridade que contrapõe o bem público à vida de uma pessoa privada⁶³.

Segundo Aquino, deve-se afastar do convívio dos pecadores as pessoas débeis para não serem pervertidas por eles. Porém, quanto aos fortes que não têm perigo de serem pervertidos pelos pecadores deve-se deixá-los que mantenham relações como forma de

⁵⁷ Idem, ibidem.

⁵⁸ Idem, ibidem, p. 216 (q.23 a.3).

⁵⁹ Idem, ibidem, p. 239 (q.25 a.1).

⁶⁰ Idem, ibidem, p. 243 (q.25 a.6).

⁶¹ Idem, ibidem.

⁶² Idem, ibidem, p. 244 (q.25 a.6).

⁶³ Idem, ibidem.

convertê-los⁶⁴. O pecador não ama a si mesmo porque quem ama a iniquidade odeia a si mesmo. O pecador ama o Homem exterior e não o Homem interior. É o Homem exterior que leva o Homem à corrupção e à morte⁶⁵. Se o Homem amasse a si mesmo não cometeria o mal que lhe levará a morte eterna.

A correcção fraterna é acto de caridade porque ao corrigir alguém que cometeu o mal, está-se a ajudá-lo a não prejudicar a si mesmo e também a não prejudicar os outros. Muitas vezes o pecado de um pode levar os outros a pecar e prejudicar o bem comum. É acto de caridade e de justiça corrigir quem está no erro para não trazer prejuízo à comunidade. Portanto, a correcção fraterna é acto de caridade e de justiça⁶⁶. Quem ver o seu irmão no erro e não o corrigir é porque não o quer bem e ao mesmo tempo não quer o bem da comunidade. *“Tirar o mal de alguém é da mesma natureza que querer o seu bem”*⁶⁷. *“Quem não corrigir por descuido ou negligência faz pior do que quem peca”*⁶⁸.

Todos devem corrigir uns aos outros, superiores e súbditos. O súbdito pode corrigir o superior e o superior o súbdito. Porém não é toda a correcção que incumbe a qualquer um. Qualquer um pode corrigir o outro com simples palavras, e isso, é acto de caridade. Porém existe um outro tipo de correcção que é acto de justiça, que só pode ser feito pelos superiores, porque para além de chamar atenção do culpado se deve corrigir, castigando⁶⁹. Quando é correcção verbal qualquer um pode fazer ao seu irmão, mas quando requer sanção ou castigo cabe aos superiores, que devem zelar pelo bem de todos.

A correcção por parte do súbdito ao superior só deve ser feito enquanto acto de caridade e não como acto de justiça. A correcção, enquanto acto de caridade, é feita às pessoas a quem se ama, quando se vê nelas algo de errado. Enquanto acto de justiça cabe ao superior, porque como acto de justiça, às vezes requer para além de alerta verbal algum outro castigo, e isso só pode ser feita pela autoridade⁷⁰.

Segundo São Tomás, quem estiver no erro não deve corrigir o outro, deve primeiro corrigir-se a si mesmo. Primeiro deve-se tirar a poeira do próprio olho e só depois do olho alheio (Mt 7, 3). A correcção deve ser feita com misericórdia e não com ódio. Quando sentimos chamados, a tal devemos ter em consideração que o mesmo erro pode ser cometido por nós ou que já o tínhamos cometido e que, portanto, não somos melhor que aquele que

⁶⁴ Idem, ibidem.

⁶⁵ Idem, ibidem, p. 245 (q.25 a.7).

⁶⁶ Idem, ibidem, p. 302 (q.33 a.1).

⁶⁷ Idem, ibidem.

⁶⁸ Idem. Ibidem, p. 303 (q.33 a.2).

⁶⁹ Idem, ibidem, p. 305 (q.33 a.3).

⁷⁰ Idem, ibidem, p. 306 (q.33 a.4).

estamos a corrigir⁷¹. Devemos ajudar quem caiu a se erguer, porque a sua queda podia ser a nossa. “*E se temos a consciência de estar mergulhado no mesmo vício, choremos com ele e, mutuamente, convidemo-lo ao arrependimento*”⁷². Não devemos orgulharmo-nos pelo facto de estarmos de pé, porque podemos cair a qualquer momento.

Quando a correcção tem força coerciva, compete aos superiores protagonizá-la, e os superiores devem corrigir o culpado e não deixar passar em silêncio por temor da correcção poder causar alguma desordem, pois esse tipo de correcção é acto de justiça. Porém, quando é uma correcção que visa apenas emendar o culpado se deve ter cautela, porque, se se souber que ao corrigi-lo volta a ser pior é preferível desistir da correcção⁷³. A caridade é o fim de todo o mandamento.

2.2. As Virtudes Cardiais

2.2.1. A Prudência

A prudência é a primeira das quatro virtudes cardiais ou ditas humanas. São Tomás atribui uma importância capital à prudência, a ponto de estudá-la de forma geral e particular. Isso demonstra que ela é indispensável na vida humana e cristã, tanto a nível pessoal como social. Aristóteles dizia: “*Não pode haver nenhuma obra boa da cidade e nem do cidadão sem a virtude da prudência*” (Pol livro 7 cap.11).

O tratado da prudência que os estudiosos reconhecem que merece esse nome, foi o de São Tomás de Aquino⁷⁴.

A Sagrada Escritura realça e recomenda a virtude da prudência tanto no Antigo como no Novo Testamento, como fruto da sabedoria e meio seguro para evitar o mal e fazer o bem, para caminhar rectamente pela senda de toda virtude e para conseguir a verdadeira felicidade⁷⁵.

Jesus durante a sua vida pública recomendou muito aos seus discípulos de viverem na prudência. “*Sedes simples como a pomba e prudentes como a serpente*” (Mt 10, 16).

⁷¹ Idem, ibidem, p. 307 (q.33 a.5).

⁷² Idem, ibidem.

⁷³ Idem, ibidem, p. 308 (q.33 a.6).

⁷⁴ PAZ, Hermínio de. Introdução – in SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., p. 375.

⁷⁵ Idem, ibidem.

Os Santos Padres, tanto os gregos como os latinos disseram que sem a prudência não se dá nenhuma outra virtude, e com ela vêm todas as outras juntas⁷⁶. Ela não diminui a ninguém, antes enaltece e enobrece.

Na vida de cada dia, quer profissional, matrimonial, familiar ou religiosa, necessitamos discernir o que tem que ser feito e como, quando e com que meios, e isto supõe exercitar continuamente a prudência⁷⁷. Ela é a virtude onde deve assentar e apoiar o grande edifício das virtudes. É a base, a raiz, a mãe de todas as virtudes. Se a pessoa for prudente é sinal que é virtuosa, boa e feliz. A prudência é indispensável para a vida humana.

O Homem prudente é aquele que antes de tomar qualquer decisão ou realizar qualquer projecto, pensa se aquilo que está para decidir ou realizar lhe traz felicidade.

O tratado da prudência é de capital importância para toda a ordem moral, por ser a alma, a forma, a mãe, a mestra, a directora e moderadora de todas as demais virtudes morais. Sem ela, não existe vida moral possível, e com ela está tudo no seu ponto e razão⁷⁸.

A prudência tem o papel de buscar os meios mais aptos e oportunos para conseguir os fins. Ela é que gradua e mede em cada momento as condições da matéria própria de cada virtude sinalizando-lhe a medida que deve empregar e a execução de seus próprios actos⁷⁹. Ela não sinaliza os fins, mas os meios, para as atingir. Portanto, não se pode considerar a prudência como fim. Quer a prudência natural, quer a sobrenatural não cria os fins às virtudes. O fim das virtudes morais é o bem humano. Não é papel da prudência impor o fim às virtudes morais, mas unicamente dispor sobre os meios. A prudência presta colaboração, preparando o caminho e dispondo os meios às virtudes morais para alcançarem o fim sinalizado pela razão natural⁸⁰.

Incumbe à prudência determinar de que maneira e com que meios deve o Homem alcançar, com seus actos, o meio racional. O fim é sinalizado pela razão natural que dita a cada um agir conforme a razão⁸¹.

A prudência é necessária tanto para si próprio, como para os outros, isto é, para deliberar, julgar e ordenar os meios para chegar ao fim devido. Ela não engloba só o bem particular de um homem, mas o bem comum da multidão⁸².

⁷⁶ Idem, ibidem.

⁷⁷ Idem, ibidem.

⁷⁸ Idem, ibidem.

⁷⁹ Idem, ibidem, p. 384.

⁸⁰ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., p. 405 (q.47 a.6).

⁸¹ Idem, ibidem, p. 406 (q.47 a.7).

⁸² Idem, ibidem, p. 408 (q.47 a.10).

Segundo São Tomás, assim como existem fins diversos ao próprio bem, isto é, o bem da família, o bem da pátria., também requer que haja diferentes espécies de prudência: a prudência propriamente dita, ordenada ao bem pessoal e particular; a prudência económica, ordenada ao bem comum da casa ou da família, e a prudência política ordenada ao bem comum da cidade ou da nação⁸³.

A prudência é necessária tanto para o governante como para o súbdito. Tanto para a mulher como para o Homem. A prudência é indispensável tanto para quem manda como para quem obedece. “*O bom cidadão é apto para mandar bem e para obedecer bem*”⁸⁴.

A prudência é necessária para todos; para ricos e pobres, para velhos, jovens e crianças. É necessário ensinar a cultivar essa virtude desde a mais tenra idade e por toda a vida. Ela é como o ar que respiramos, faltando ar corremos o risco de morrer asfixiados, assim também sem a prudência corremos o risco de morrer ou destruir tudo o que se tem feito, e que levou uma vida ou séculos para ser edificado, em pouco tempo. A prudência não deve ser momentânea e provisória, deve ser constante e perpétua. Triste dia em que o ser humano deixar de ser prudente, a sua tenda humana cai em colapso sobre si e sobre os outros.

A prudência não existe nos pecadores, o que neles existe é a astúcia, ou falsa prudência ou prudência da carne. Os pecadores não se interessem pelo bem comum, mas pelo bem particular, portanto não são prudentes⁸⁵.

Tem falsa prudência quem, por um fim mau, dispõe de coisas adequadas a esse fim, pois o que toma como fim não é realmente bom. Todos os que põem seu fim último nos prazeres da carne seguem a prudência da carne, que conduz à morte⁸⁶.

Tem verdadeira prudência, os que encontram o caminho adequado para conseguir o fim bom, mas são imperfeitos por duas razões: a primeira, porque o que tomam com fim não é o fim comum de toda a vida humana, mas somente de um nível especial de coisas. Por exemplo, quando um encontra um caminho adequado para negociar ou para navegar, diz-se: esse negociante é prudente ou esse marinheiro é prudente. A segunda porque falha no acto principal da prudência. Eis o exemplo: é o caso de quem possui conselho e juízo recto nos negócios referente a toda a vida, mas não o pratica com eficácia⁸⁷.

⁸³ Idem, ibidem, p. 409 (q.47 a.11).

⁸⁴ Idem, ibidem, p. 410 (q.47 a.11).

⁸⁵ Idem, ibidem, p. 411 (q.47 a.13).

⁸⁶ Idem, ibidem.

⁸⁷ Idem, ibidem.

A prudência verdadeira e perfeita é a que aconselha, julga e impera com rectidão em ordem ao fim bom de toda a vida. É a única que é prudência propriamente dita e ela não existe nos pecadores⁸⁸.

As virtudes intelectuais adquirem-se e aumentam em grande parte pela educação, por isso, necessitam de experiência e tempo. Segundo São Tomás, a prudência é virtude intelectual, por isso, não é inata mas provém da educação e experiência⁸⁹. Aquino acredita que existe uma prudência natural, já que esta implica conhecimento dos objectos operáveis tanto universais como particulares. Como os fins rectos da natureza humana estão prefixados, pode haver inclinação natural para esses fins. Existem pessoas que por disposição natural possuem determinadas virtudes, que as inclinam para fins rectos e, por isso, têm, também por natureza, um juízo recto sobre esses fins. Como no ser humano não há perfeição igual para todos, ela varia de pessoa para pessoa, de modo que uma disposição natural pode ser mais apta nuns que noutro para discernir como proceder⁹⁰.

Os jovens não são prudentes de forma perfeita, porque estão a exercitá-la, por isso, não se dá cargos de responsabilidade para não se correr o risco de eles cometerem desgraças. Só se dá cargos aos de grande experiência, aos que a vida já ensinou muito. A prudência existe na maioria dos casos nos anciãos, não só porque estão mais maduros, mas também pela sua larga experiência⁹¹.

Poderá a prudência desaparecer pelo esquecimento? Como se adquire a prudência pela experiência através de muitas recordações? E se acontecer que a pessoa esquecer-se de uma das experiências, corre o risco de ser imprudente naquela matéria? Segundo São Tomás, a prudência não só desaparece pelo esquecimento como também pode ser depravada pelas paixões. A prudência não tem só a ver com o conhecimento, mas também com a vontade, ela pode deprevar-se através de actos passionais em que a pessoa deixou de ser prudente, não porque se esqueceu, mas pela fraca ou falta de vontade firme de se afastar das más acções. “*A beleza te seduziu e a paixão perverteu teu coração*” (Dan 13, 56)⁹².

Quais os factores que fazem com que as pessoas sejam imprudentes? São muitos os factores que podem fazer com que o Homem seja imprudente. Para se ser prudente, são necessários experiência e tempo, domínio sobre as paixões, sem esquecer os conhecimentos adquiridos com a experiência. O Homem nesses pontos é muito vulnerável, nem sempre a

⁸⁸ Idem, ibidem.

⁸⁹ Idem, ibidem, p. 413 (q.47 a.15).

⁹⁰ Idem, ibidem, p. 414 (q.47 a.15).

⁹¹ Idem, ibidem.

⁹² Idem, ibidem, p. 415 (q.47 a.16).

experiência e o conhecimento lhe ensinam, porque muitas vezes sabe, mas as inclinações passionais o cegam. Disse Jesus durante a sua vida aos seus discípulos: “*vigiai e orai para não cairdes em tentação. O espírito está pronto, mas a carne é fraca*” (Mt 26, 41).

Será que se pode ser prudente em tudo ou só em alguns aspectos? Ser prudente em tudo é muito difícil para o Homem, por ser muito inconstante, por mais forte que ele seja pode falhar em alguns momentos. Não é por acaso que São Tomás menciona três sentidos de prudência; uma só dos pecadores, uma tanto dos pecadores como dos que estão em graça; e uma só dos que estão em graça, isto é, o pecador não consegue chegar ao terceiro sentido de prudência e, também, quem está em graça não pratica o primeiro sentido⁹³.

O que é necessário para que o Homem seja prudente? É necessário muita coisa: a memória, o entendimento, a docilidade, a sagacidade, a razão, a previsão, a circunspecção e a precaução⁹⁴. Se faltar uma dessas partes a prudência fica deficitária.

Cada matéria exige uma forma de prudência: a prudência política, a prudência económica, a prudência governativa, a prudência militar. Embora cada uma com a sua matéria específica, porém requer todas as partes da prudência. Não existe nada que não necessita da prudência. Até os actos mais simples precisam da prudência. Esta deve estar em todos nós, em todos os momentos das nossas vidas para podermos escolher os meios mais aptos para obter os fins desejados⁹⁵.

Os governantes devem ser prudentes, porque cabe a prudência a execução da justiça, enquanto orientada ao bem comum, que é ofício especial do rei⁹⁶. Por isso que essas duas virtudes – a prudência e a justiça – são próprias do rei. “*Reinará um rei prudente, praticará o direito e a justiça*” (Jer 23, 5)⁹⁷.

2.2.2. A Fortaleza e a Temperança

A fortaleza e a temperança fazem parte das sete virtudes fundamentais e das quatro virtudes cardiais. Elas vêm logo a seguir à justiça, segundo a proximidade com a razão na hierarquia de São Tomás. Tanto uma como a outra tem a sua sede no apetite sensitivo, irascível e concupiscível, e cujo campo de actividade é o das paixões⁹⁸.

⁹³ Idem, ibidem, p. 411 (q.47 a.13).

⁹⁴ Idem, ibidem, pp. 417-424 (q.49 a.1-8).

⁹⁵ Idem, ibidem, p. 426 (q.50 a.1-4).

⁹⁶ Idem, ibidem, p. 426 (q.50 a.1).

⁹⁷ Idem, ibidem.

⁹⁸ ALBA, Luís Lago. Introdução – in SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica* III, op. cit., p. 8.

As duas virtudes – fortaleza e temperança – são necessárias para a humanização e perfeição da natureza humana. A virtude da fortaleza ajuda o Homem a enfrentar o carácter conflituoso e dramático da existência, o perigo da vida e o medo da morte. Não é necessária, só para aceitar a morte, mas também para enfrentar os desafios da vida. A tendência constante do Homem é evitar as árduas exigências e fugir das duras realidades da vida. Esta virtude dá ao Homem a capacidade de resistir e acatar, para ser fiel às exigências do bem, apesar das dificuldades e perigos da existência. Através da virtude da temperança, a prudência impõe as exigências da razão e do bem honesto no delicado campo do prazer e desprazer. Por meio dela, o prazer se converte em estímulo e não em impedimento para viver uma vida verdadeiramente humana, mas uma vida como tarefa de promover atitudes constantes do bem verdadeiramente humano⁹⁹.

Segundo São Tomás, fugir do castigo não é a verdadeira fortaleza. Quem foge dos castigos demonstra fraqueza de espírito, portanto não cultivou a virtude da fortaleza. *“Suicidar-se para evitar os castigos não é verdadeira fortaleza, mas debilidade de espírito de quem não é capaz de suportar as penas”*¹⁰⁰.

Na mesma perspectiva de São Tomás, também os documentos eclesiásticos, especialmente os catecismos, ensinam o valor da fortaleza quando dizem:

*“A fortaleza é a virtude moral que, no meio das dificuldades, assegura a firmeza e a constância na prossecução do bem. Torna firme a decisão de resistir às tentações e de superar os obstáculos na vida moral. Ela dá a capacidade para vencer o medo, mesmo da morte, e de enfrentar a provação e as perseguições. Dispõe a ir até à renúncia a ao sacrifício da própria vida, na defesa duma causa justa”*¹⁰¹.

Quem tiver cultivado ou adquirido a virtude da fortaleza não vacila diante das dificuldades e dos desafios da vida. Quem é forte pode amar a vida nos momentos difíceis e nunca renunciar sua existência, recorrendo a meios ilícitos para pôr fim à sua vida. Quem é forte oferece a própria vida em defesa de outrem. Exemplo de fortaleza, temos as mães com problemas na gravidez que não recorrem a meios imorais para por fim à vida que trazem no seu seio materno, mas tem a coragem de levá-la até às últimas consequências, mesmo pondo em perigo a sua própria existência. Dá vez de ver a luz do dia, àquele (a) que ainda não a teve preferindo extinguir a sua, que já contemplou a luz da existência.

⁹⁹ Idem, ibidem, pp. 8-9.

¹⁰⁰ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., p. 535 (q.64 a.5).

¹⁰¹ IGREJA CATÓLICA. Papa (João Paulo II). *Catecismo da Igreja Católica*. Coimbra. Gráfica de Coimbra. 1993. p. 398.

O Homem forte é aquele que não se afasta do juízo – recta da razão – nem por temor nem por audácia¹⁰². Se o Homem deixar-se guiar pela vontade pode correr o risco de desviar-se do seu verdadeiro caminho. A vontade não pode exceder à razão, porque se isso acontecer comete-se erro. O mal que o Homem pratica muitas vezes é devido à ignorância e ao predomínio da vontade em relação à razão.

Não se deve confundir a fortaleza com o fanatismo, isto é, achar que é nobre morrer e matar para defender barbaridades, como o fazem os bombistas suicidas, os suicidas colectivos e as pessoas que se auto-flagelam. Isso não é outra coisa, senão, sinal de covardia, intolerância e ignorância. Aqueles que aconselham ao crime de qualquer tipo são todos medrosos, ignorantes e de racionalidade não têm nada. O Homem fraco foge e ainda leva os outros a fugirem às circunstâncias da vida. Aquele que diante da vida não foge, mas enfrenta-a com todas as forças, não utiliza máscaras para disfarçar a realidade, e nem mata para que a verdade não seja conhecida. Esses são homens fortes; os outros são todos fracos e débeis.

Para Aquino, o fim próprio de qualquer virtude moral é conformar-se com a recta razão. E, assim, a temperança orienta o Homem de forma que a razão não se deixe desviar pela concupiscência¹⁰³. A temperança é moderação, ponderação e equilíbrio que o Homem deve ter durante a sua vida, de modo a não exagerar nas suas atitudes e comportamentos. O Homem moderado dificilmente erra, porque sempre tenta o equilíbrio nas suas acções. A virtude da temperança é necessária para a vida humana em qualquer situação, tanto para consigo como para com os outros.

O Homem moderado consegue viver na rectidão e não se deixa corromper pelos sentidos. São Tomás viveu na sua própria pessoa o exemplo do homem moderado quando em plena juventude foi tentado, mas não se deixou corromper pela sensualidade. A razão em São Tomás fala mais alto que os sentidos. Ele foi um homem moderado, firme, forte, sábio e prudente em todos os momentos da sua vida.

A virtude da temperança é indispensável para a vida do Homem, e não é só São Tomás que a valoriza, também a doutrina católica considera-a uma virtude importante para todos.

“A temperança é a virtude moral que modera a atracção dos prazeres e estabelece o equilíbrio no uso dos bens criados. Assegura o domínio da vontade sobre os instintos e mantém os desejos nos limites da honestidade. A pessoa

¹⁰² SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., p. 406 (q.47 a.7).

¹⁰³ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., p. 406 (q.47 a.7).

moderada orienta para o bem os apetites sensíveis, guarda uma sã discricção e não se deixa arrastar pelas paixões do coração”¹⁰⁴.

Aquino defende que não se deve fugir dos perigos, e que nem se deve a eles entregar, mas enfrenta-los como um valente guerreiro. Não se deve procurar a morte para escapar dos castigos, e também não se deve fugir dela com a qual alguém nos ameaça para conservar a virtude e evitar o pecado¹⁰⁵.

A caridade é a forma de todas as virtudes. A temperança e a fortaleza são virtudes, portanto são ordenados ao fim último pela virtude da caridade¹⁰⁶.

Depois de se ter analisado a Moral tomista, segue-se no capítulo seguinte a análise da Justiça e do Direito aquiniano.

¹⁰⁴ IGREJA CATÓLICA. Papa (João Paulo II). *Catecismo da igreja Católica*, op. cit., p. 398.

¹⁰⁵ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., p. 535 (q.64 a.5).

¹⁰⁶ Idem, ibidem, p. 220 (q.23 a.7).

CAPÍTULO II

JUSTIÇA E DIREITO EM SÃO TOMÁS DE AQUINO

1. A JUSTIÇA

Neste segundo capítulo analisar-se-á o Tratado da Justiça e do Direito aquiniano. A virtude da justiça é o tratado abordado por São Tomás na sua celebre obra '*Suma Teológica*', na parte que trata da 'Moral'. Trata-se de uma das sete virtudes fundamentais e a segunda das virtudes cardiais. Ela vem a seguir à prudência, porque segundo São Tomás, reside na vontade e estende-se ao âmbito das acções humanas. O tratado, apesar de ser teológico, ocupa-se do ensinamento transmitido na revelação sobre esta virtude e apoia-se na autoridade da mesma revelação¹⁰⁷.

São Tomás ao fazer o seu estudo sobre a justiça, interroga-se: 'o que é justiça'. Segundo ele, "*justiça é um hábito segundo o qual cada um dá ao outro o que lhe pertence segundo o direito, permanecendo nele com uma vontade constante e perpétua*"¹⁰⁸.

O Doutor Angélico começa o seu Tratado de Justiça perguntando-se, 'se o direito é objecto da justiça'¹⁰⁹. Segundo Aquino, o 'direito' é objecto da justiça, porque "jus" significa direito e ao exercer a justiça está-se a exercer o direito. Quando alguém comparece diante do direito está a comparecer diante da justiça. Não se pode ser justo sem a justiça. O objecto da justiça é determinado pelo que é justo, isto é, pelo direito¹¹⁰.

Para São Tomás, realizar a justiça é realizar o direito, exercer o direito é o mesmo que exercer a justiça. Comparecer diante do direito é comparecer diante da justiça. Se a justiça for justa é direito, e se o direito for justo é justiça.

Para ele, a lei humana não é fonte autónoma do direito, mas apenas aplicação ou síntese prática do direito natural. O direito positivo, deve ser o mesmo que o direito natural. A divisão do direito em apenas dois membros, o natural e o positivo, é doutrina firme e constante do Doutor Angélico¹¹¹.

Segundo São Tomás, o direito divide-se em direito natural e positivo. O primeiro baseia-se numa espécie de instinto natural que é formulado e reconhecido por todos os

¹⁰⁷ ESTÉBANEZ, Emílio G. Introdução – in SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., p. 457.

¹⁰⁸ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., p. 476 (q.58 a.1).

¹⁰⁹ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., p. 470 (q.57 a.1).

¹¹⁰ Idem, ibidem.

¹¹¹ ESTÉBANEZ, Emílio G. Introdução – in SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., p. 460.

homens espontaneamente, sem se colocar necessariamente de acordo com ele. O segundo, porém é opinável, requer uma aprovação explícita por parte dos membros da comunidade a quem se aplica¹¹². Para o direito ser positivo deve ser aprovado publicamente, se faltar essa aprovação não é positivo. O direito positivo pode ser escrito e não escrito. Tanto um como o outro deve ser consensual, porém de forma diferente. O direito positivo escrito, promulgado e difundido antes de sua entrada em vigor, não tem qualquer problema. Porém os não escritos são próximos do natural podendo ser observados ou não¹¹³.

Direito natural pode ser definido como princípios jurídicos inatos e imutáveis que não se deduzem de outros anteriores, mas são a origem de tudo. Eles informam naturalmente a razão humana e essa dita-a a todo o Homem. O Direito positivo é um conjunto de regras jurídicas mutáveis, opináveis e portanto sujeitos ao erro enquanto que o natural não o é¹¹⁴. Para Aquino tudo o que se deriva como uma conclusão do direito natural é necessariamente direito natural. Ele afirma muitas vezes que o direito natural e o positivo são o indeterminado e o determinado, e que o trabalho do príncipe consiste em articular uma legislação positiva cujo conteúdo é comum, ao direito natural¹¹⁵.

Para São Tomás, o direito só é positivo se a vontade humana não contrariar a natureza. Caso contrário, de forma alguma será justo. “*Se algo repugna por si a lei natural, não pode tornar-se justo por decisão humana*”¹¹⁶. Tudo o que é válido no direito natural deve também ser válido no direito positivo. Os princípios do direito positivo devem respeitar os princípios do direito natural, sob pena de este não ser direito, mas sim, corrupção do direito.

São Tomás acredita que apesar de existir a lei natural, que é participação da lei divina, deve haver a lei humana que, respeitando a lei natural, fá-la valer, como forma de garantir o bem comum.

A justiça requer a vontade para mostrar que tem que ser voluntária, e acrescenta-se à constância e a perpetuidade para indicar a firmeza do acto. Ela exige uma vontade voluntária, firme e estável. O ser humano que não tiver adquirido essas capacidades não será virtuoso, e por conseguinte, não será justo porque não conseguirá agir conforme o direito. Como diz Isidoro, citado por São Tomás: “*Justo é aquele que observa o direito*”¹¹⁷.

¹¹² Idem, ibidem, p. 461.

¹¹³ Idem, ibidem.

¹¹⁴ Idem, ibidem, p. 463.

¹¹⁵ Idem, ibidem, p. 465.

¹¹⁶ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., p. 472 (q.57 a.2).

¹¹⁷ Idem, ibidem, p. 476 (q.58 a.1).

A justiça refere-se tanto a si como aos outros. Existe uma justiça para consigo mesmo e uma para com os outros. Diz São Tomás que para corrigir as suas próprias acções, bastam as outras virtudes morais, mas para corrigir as acções dos outros é necessário uma virtude especial, que é a justiça. Esta requer tanto da parte de quem corrige, como de quem é corrigido¹¹⁸.

São Tomás pergunta se a justiça é virtude e responde: ‘toda a estrutura das boas obras assenta nas quatro virtudes’, que são: temperança, prudência, fortaleza e justiça¹¹⁹. Se esta última faz parte das quatro virtudes referidas é porque é efectivamente virtude, tanto mais que é próprio dela fazer o Homem praticar bons actos e fazer-se bom. Segundo Túlio, citado por São Tomás: “*Os homens fazem-se bons principalmente pela justiça, nela dá-se o mais refulgente esplendor da virtude*”¹²⁰.

A justiça ordena o Homem ao bem comum, embora sendo ele individual, vive em sociedade e, portanto, os seus actos envolvem-no com os outros, sendo que essa relação exige a virtude da justiça. Se vivesse sozinho, não seria necessário a virtude da justiça, bastando as outras. Mas, como vive em sociedade e na relação com os outros, precisa da virtude da justiça para poder dar a si e aos outros o que é devido.

A lei ordena os actos de todas as outras virtudes ao bem comum. Todas as virtudes estão ao serviço da justiça ou, ainda, esta completa as outras. Também Aristóteles está de acordo que a justiça é a forma mais perfeita da excelência moral, e nela se encontra toda a virtude. “*Na justiça se resume toda a excelência*”¹²¹.

A justiça ordena todos os actos das virtudes ao bem comum. As outras virtudes ordenam os seus actos ao seu próprio fim. Só a justiça ordena todas as virtudes ao fim superior, isto é, ao bem comum. A justiça é a mais sublime das virtudes morais porque, segundo Túlio, citado por São Tomás, “*o esplendor da virtude sobressai na justiça, pelo qual os homens fazem-se bons*”¹²². Idêntica ideia foi defendida por Aristóteles, em trecho citado por São Tomás quando diz que: “*a justiça, parece a mais preclara das virtudes e nem a alvorada nem o crepúsculo são mais luminosos do que ela*”¹²³.

¹¹⁸ Idem, ibidem, p. 478 (q.58 a.2).

¹¹⁹ Idem, ibidem, p. 478 (q.58 a.3).

¹²⁰ Idem, ibidem.

¹²¹ ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2001. p. 93 (liv. v cap.1).

¹²² SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., p. 487 (q.58 a.12).

¹²³ Idem, ibidem.

São Tomás valoriza muito a justiça porque esta promove o bem da comunidade. Ela torna possível a vida em comum, já que o Homem por natureza tende a ser egoísta e individualista. Se as outras virtudes ajudam o ser humano a ser bom, a justiça completa-as.

1.1. O Julgamento

O julgamento é um acto de justiça, isto é, pertence à justiça. Trata-se do acto do juiz enquanto tal. É por isso que se lhe atribui esse nome – ‘juiz’ – que significa aquele que decide, segundo o direito. O juiz deve agir de acordo com o direito que significa justo, e ser também justo, segundo o objecto da justiça, que é o direito¹²⁴. Como diz Aristóteles, citado por São Tomás, “*Os homens acorrem ao juiz como a justiça viva*”¹²⁵.

É lícito ou não julgar? São Tomás responde utilizando as palavras do Novo Testamento, dizendo que não é lícito julgar. “*Não julgues e não sereis julgados*” (Mt 7, 1). “*Quem és tu, para julgares um servo alheio?* (Rom 14, 4). “*Tu que julgas não tens desculpa; pois ao julgar os outros, nisso mesmo estás a condenar-te; pois fazes o mesmo que julgas*” (Rom 2, 1)¹²⁶.

São Tomás cita a Sagrada Escritura dizendo que segundo o Novo Testamento, o ser humano não tem direito de julgar ninguém porque o juiz de todo o Homem é Deus. Porém, o Doutor Angélico não utiliza só as palavras do Novo Testamento para dizer se se pode ou não julgar, mas também as palavras do Antigo Testamento. Segundo o Antigo Testamento, existem pessoas dignas de serem nomeadas para exercerem o cargo de juiz. “*Nomearás ministros e juízes em todas as tuas portas para que julguem o povo com um julgamento justo*” (Dt 16, 18)¹²⁷.

O julgamento só é lícito enquanto acto de justiça. Para que o julgamento seja um acto de justiça, segundo Aquino requer três condições: “*que proceda de uma inclinação de justiça; que se emane da autoridade de quem preside; que seja pronunciado segundo a recta razão da prudência*”¹²⁸. A ausência de uma dessas condições, conduz a um julgamento vicioso e ilícito. Em primeiro lugar, o julgamento será injusto e perverso se for contrário à rectidão da justiça.

¹²⁴ Idem, ibidem, p. 492 (q.60 a.1).

¹²⁵ Idem, ibidem.

¹²⁶ Idem, ibidem, p. 493 (q.60 a.2).

¹²⁷ Idem, ibidem.

¹²⁸ Idem, ibidem.

Em segundo será um julgamento usurpado desde que quem julga não tenha autoridade sobre o julgado. Em terceiro lugar será imprudente e temerário se faltar a rectidão da razão¹²⁹.

Não é qualquer um que deve exercer a função de juiz, e nem se deve julgar de qualquer maneira, já que “o juiz deve considerar-se como ministro de Deus”¹³⁰. Diz Crisóstomo, citado por São Tomás, “os que estão em graves pecados não devem julgar os que estão nos mesmos ou em menores pecados”¹³¹. Para Aquino isso deve ser entendido principalmente quando os pecados do juiz forem públicos, este não deve exercer essa função para evitar escândalos nos corações dos demais. Porém, se não forem públicos, mas ocultos, e urge a necessidade de julgar por ofício, pode com humildade e temor arguir ou julgar. Contudo, deve reconhecer que a condenação que está a aplicar ao outro poderia ser a sua, porque estão com o mesmo ou semelhante pecado. O juiz deve rever-se e sentir-se na pessoa que ele condena, e sentir-se merecedor do mesmo castigo¹³².

O julgamento não deve basear-se em suspeita para não se cometer injustiças. Diz Santo Agostinho, citado por São Tomás “temos de interpretar da melhor maneira as coisas duvidosas”¹³³. Aquino sustenta que sempre que alguém tem má opinião sobre outro sem justa causa, injuria-o e despreza-o. E ninguém tem o direito de desprezar os outros, nem de lhes causar algum dano sem um motivo verdadeiramente sério. Sustenta ainda que é melhor que alguém se engane, ainda que frequentemente, tendo boa opinião sobre os outros, do que ter má opinião sobre alguém, ainda que menos frequente, porque evitaria cometer injustiça, o que não acontece se tiver má opinião sobre alguém, sobre quem não deveria ter¹³⁴.

É no julgamento que se sabe se um juiz é bom ou mau, isto é, conforme for o seu julgamento. Se julgar com rectidão é bom juiz e se julgar com falsidade é mau juiz¹³⁵.

O julgamento categoriza a pessoa, porque demonstra ser boa ou má a pessoa que é julgada. Conforme for o julgamento a pessoa pode ser honrada ou desprezada. Nesse caso diz Aquino, “Temos que nos esforçar por julgar bem o Homem, a não ser que haja alguma razão manifesta em contrário”¹³⁶.

O julgamento, segundo São Tomás, deve ser feito segundo a lei escrita, pois esta contém e institui o direito positivo, dando-lhe toda a força e autoridade. O julgamento deve

¹²⁹ Idem, ibidem.

¹³⁰ Idem, ibidem, p. 494 (q.60 a.2).

¹³¹ Idem, ibidem.

¹³² Idem, ibidem.

¹³³ Idem, ibidem, p. 496 (q.60 a.4).

¹³⁴ Idem, ibidem.

¹³⁵ Idem, ibidem.

¹³⁶ Idem, ibidem.

necessariamente basear-se na lei escrita, de outra forma falharia quer no direito natural, quer no positivo¹³⁷.

A lei escrita não dá a sua força à lei natural, e nem retira ou diminui a sua força porque a vontade humana não é capaz de mudar a natureza. Portanto, se a lei escrita contém algo contrário ao direito natural, é injusta, e não tem força obrigatória. Tais leis escritas nem sequer podem chamar-se leis, mas antes corrupções da lei, e não devem constituir-se em base do julgamento, diz, Aquino¹³⁸.

Assim como as leis injustas contrariam o direito natural, sempre ou em alguns casos, também as leis correctas nalguns casos podem ser deficientes, e nesses casos, se se julgar conforme as ditas leis, lesar-se-á o direito natural. E nesses casos não se deve julgar de acordo com a letra da lei, mas recorrendo à equidade pretendida pelo legislador. Segundo São Tomás, citando o Jurisconsulto, *“Nenhuma razão de direito, ou de equidade, pode suportar que interpretemos severamente, e para prejudicar pela nossa dura interpretação, aquelas leis que se estabeleceram para o bem dos homens”*. Diz Aquino que nesses casos o próprio legislador julgaria de maneira diferente; e se tivesse tido presentes tais casos, ter-los-ia incluído na lei¹³⁹.

1.2. A divisão da Justiça

A justiça em São Tomás está dividida em “justiça distributiva” e “justiça comutativa”. A distributiva consiste na distribuição proporcional dos bens comuns; a comutativa consiste em regular as relações mútuas entre pessoas privadas¹⁴⁰.

A comunidade é o todo de onde cada pessoa particular faz parte. As partes estão em função do todo, como o todo está em função das partes. O todo não é mais importante que as partes, e nem as partes mais importantes que o todo. O todo é constituído por partes mas o todo não é a soma das partes. Tanto a justiça comutativa como a distributiva facilitam a relação entre as partes e o todo. Quando se prejudica as partes, está-se a prejudicar o todo, e ao beneficiar as partes está-se a beneficiar o todo. São Tomás dá mais valor à comunidade do que às pessoas que a compõem.

¹³⁷ Idem, ibidem, p. 497 (q.60 a.5).

¹³⁸ Idem, ibidem.

¹³⁹ Idem, ibidem.

¹⁴⁰ Idem, ibidem, p. 511 (q.61 a.1).

1.3. Os vícios contrários à Justiça comutativa

1.3.1. O homicídio

São Tomás pergunta se é lícito matar os pecadores; se qualquer um pode matar um pecador. Responde nas objecções à primeira questão utilizando as palavras de Jesus sobre a parábola do joio. Jesus defende que se devem deixar tanto o bom como o mau viverem juntos até à morte para não suceder que ao matar o mau mate-se também o bom¹⁴¹. “ (...) *Não, disse Ele, não suceda que, ao apanhardes o joio, arranqueis o trigo ao mesmo tempo. Deixai um e outro crescer juntamente, até à ceifa*” (Mt 13, 29-30)¹⁴². Diz ainda utilizando as palavras do profeta Ezequiel: “*Não quero a morte do pecador, mas que este se converta e viva*” (Ez 33, 11)¹⁴³. Deus espera pacientemente a conversão dos seus filhos. Diz ele nas palavras de Santo Agostinho e Aristóteles que de modo nenhum se pode fazer o mal, ainda que pretendendo um fim bom. Matar alguém é mau em si mesmo, devemos ter a caridade para com todos e temos que querer que vivam, ainda que sejam nossos inimigos¹⁴⁴.

São Tomás depois de dizer que não se pode matar o malfeitor, argumenta o contrário defendendo a morte do pecador. Com fundamento numa passagem do livro do êxodo, onde diz: “*Não permitirás que vivam os malfeitores*” (22, 18); e no livro dos salmos “*pela manhã matava os pecadores sobre a terra*” (100, 8)¹⁴⁵.

Aquino defende que do mesmo modo que o indivíduo está relativamente à comunidade na mesma proporção que um membro a todo o corpo, também se algum indivíduo resulta perigoso e corruptor da comunidade por sua própria culpa, é preferível a sua morte para a saúde e o bem comum de toda a comunidade. Ou seja, igual raciocínio social que

¹⁴¹ À parábola do joio, São Tomás responde: “que o Senhor ordenou que não se cortasse o joio precisamente para conservar o trigo, quer dizer, para o bem dos justos. E isto há-de aplicar-se quando não se podem destruir os maus sem lesar os bons como por exemplo, quando os perversos têm muitos sequazes de modo que, ao destruir um deles, correriam perigo os bons. Por isso o Senhor ensina-nos que em certos casos é melhor deixar viver os maus, deixando o castigo para o último juízo, para não correr o risco de serem mortos também os bons. Mas, quando não exista tal perigo para os bons ao matar um dos pecadores, mas antes resulte a segurança a salvação da comunidade, então pode lícitamente destruir-se um membro mau”. Idem, ibidem, p. 531 (q.64 a.2).

¹⁴² Idem, ibidem, p. 530 (q.64 a.2).

¹⁴³ Idem, ibidem.

¹⁴⁴ Idem, ibidem.

¹⁴⁵ Idem, ibidem.

defende que para preservar a saúde do corpo, pode-se amputar um membro doente para não contaminar todo o corpo, e que considera uma tal atitude louvável e saudável¹⁴⁶. Deixá-lo viver, seria perigoso, porque contaminaria todo o resto da comunidade. Como se diz: “*um pouco de fermento altera toda a massa*” (1Cor 5,6).

São Tomás sustenta que se alguém pecar gravemente, mas não fazem originar graves danos para o resto da comunidade, é melhor conduzi-lo ao arrependimento, porém se não há remédio é melhor que morra. Quando o Homem pecar, afastando-se da razão e da sua própria dignidade humana, torna-se semelhante aos animais. É pecado matar um homem que tenha conservado a sua dignidade humana, mas por vezes pode ser melhor matar um pecador que se tenha degradado até ao nível do animal; porque como diz Aristóteles, citado por São Tomás, “*o homem perverso faz ainda pior do que o animal, e é mais nocivo*”¹⁴⁷.

Só a autoridade pública tem o poder de eliminar da comunidade um malfeitor que traz prejuízo à ordem da comunidade, e não às pessoas particulares porque só a ele compete zelar pelo bem comum a que foi confiado¹⁴⁸.

São Tomás defende que a vida do inocente deve ser conservada porque promove o bem comum e é a melhor parte da comunidade, portanto não é lícito matar um inocente. E quem matar um inocente peca gravemente, contra a caridade, contra a justiça, contra a comunidade e contra Deus¹⁴⁹.

Aquino sustenta que a vida do inocente deve ser defendida a todo o custo, tanto por aqueles que efectuam a justiça como por aqueles que executam a sentença. E diz que se um juiz souber que alguém está sendo acusado injustamente deve tudo fazer para o libertar¹⁵⁰. O mesmo deve fazer um carrasco quando souber que a sentença do juiz está baseada num erro – não o deve obedecer. Mas se não for clara a injustiça, não pecará ao cumprir a sentença, porque não lhe cabe examinar a sentença uma vez ditada pelo seu superior. E nesse caso, não é ele quem mata um inocente, mas o juiz, de quem é apenas um ministro¹⁵¹.

1.3.2. O suicídio

¹⁴⁶ Idem, ibidem, p. 531 (q.64 a.2).

¹⁴⁷ Idem, ibidem.

¹⁴⁸ Idem, ibidem, p. 532 (q.64 a.3).

¹⁴⁹ Idem, ibidem, p. 535 (q.64 a.6).

¹⁵⁰ Idem, ibidem, p. 536 (q.64 a.6).

¹⁵¹ Idem, ibidem.

São Tomás pergunta se o acto de suicídio é lícito e responde que não, avançando três motivos que fazem do suicídio uma pratica ilícita: primeiro, porque por natureza todos têm que amar a si mesmos. O motivo desse amor natural é que todo o ser deve procurar conservar a sua existência, utilizando todos os meios possíveis para impedir a sua destruição. Por isso, o suicídio é sempre pecado mortal, contra a lei natural e contra a caridade. Segundo, porque toda a parte pertence ao todo, e como cada homem é parte da comunidade, e portanto pertence à comunidade, matar-se seria uma injustiça contra a comunidade. Terceiro, porque a vida é um dom de Deus concedido ao Homem, pelo que este não tem o poder de decidir nem sobre a sua vida nem a sua morte, pois, trata-se de uma prerrogativa exclusiva de Deus¹⁵². Portanto, quem privar-se da sua própria vida peca contra Deus, contra a natureza, contra a caridade e contra a comunidade.

Segundo Aquino, devido ao livre arbítrio, o Homem é senhor de si, mas o sair dessa vida para outra, não depende dele, mas sim de Deus. Ele não deve querer fugir dos sofrimentos da vida presente por meio do suicídio, pois o maior mal desta vida é a morte. Logo, matar-se para evitar outro mal é igual a escolher um mal maior para evitar um menor. Não é lícito matar-se para evitar nenhum mal, porque qualquer mal é sempre menor do que a morte¹⁵³. Segundo Aristóteles, Santo Agostinho e São Tomás aqueles que comentem o suicídio são os fracos de espírito, porque não são capazes de suportar as penas¹⁵⁴.

São Tomás interroga-se se será lícito defender a própria vida. Segundo ele, se alguém for atacado e defender a sua vida com a intenção de conservar a própria existência age correctamente, porque é de direito natural que cada um conserve a sua existência sempre que é possível. Porém se for com outra intenção não é lícito, a não ser que seja para o bem comum. Se não for pela defesa própria ou do bem comum, mas sim, por paixões, será ilícito¹⁵⁵.

O Homem deve evitar todos os meios possíveis que o podem levar a privar-se da sua vida ou da de outrem, porque se for negligente peca voluntariamente¹⁵⁶.

1.3.3. A Mutilação dos membros

¹⁵² Idem, ibidem, p. 534 (q.64 a.5).

¹⁵³ Idem, ibidem.

¹⁵⁴ Idem, ibidem.

¹⁵⁵ Idem, ibidem, p. 536 (q.64 a.7).

¹⁵⁶ Idem, ibidem, p. 537 (q.64 a.7).

É lícito mutilar-se ou ser mutilado? Para Aquino, só se for para salvaguardar a saúde do corpo. Ou seja, só se deve amputar um membro a alguém, quando este estiver muito doente a ponto de não se amputar, que se resultaria em danos a todo o corpo da pessoa, ou então, quando estiver a trazer prejuízo para o bem comum. De outro modo, cai-se no ilícito¹⁵⁷.

São Tomás defende que não é lícito mutilar-se ou ser-se mutilado para evitar alguma tentação ou pecado. A mutilação pode-se fazer no domínio da própria vontade e não no físico, porque no Homem existem muitas tendências, e não adianta privar uma como impedimento para outros, porque estarão sempre vivos, enquanto viver o Homem. Diz Crisóstomo na sua homilia 63, citado por São Tomás:

*“Não por amputação de um membro, mas, dos maus pensamentos; pois é digno de condenação quem se mutilar um membro: só os homicidas o intentam. Nem sempre é verdade que a concupiscência assim se refreie, mas mais ainda se exacerba; pois dentro de nós encontram-se outras fontes de concupiscência: especialmente na negligência do pensamento e na incontinência voluntária; por tal motivo a amputação do membro não terminaria com as tentações de tal maneira que refreasse a pensamento”.*¹⁵⁸

Segundo Aquino, a mutilação não tem a ver só com os membros, mas também com muitas outras coisas. Por isso, defende que não se deve açoitar, encarcerar ninguém a não ser que esteja a impedir a realização do bem comum¹⁵⁹. Ninguém deve prejudicar nem a si e nem aos outros. Todos são chamados a fazer o bem, “fazei o bem sempre, o bem a todos, o mal nunca e a ninguém (S. Luís Orione).

2. O DIREITO

¹⁵⁷ Idem, ibidem, p. 539 (q.65 a.1).

¹⁵⁸ Idem, ibidem, p. 123 (q.65 a.1).

¹⁵⁹ Idem, ibidem, p. 440-441 (q.65 a.2-3).

O Direito, para São Tomás, é mais uma estrela entre as várias estrelas como meio de melhor orientar e conduzir o Homem para o seu fim último, isto é, à felicidade eterna. Se o Direito não se realizar, essa missão não é Direito, mas sim, fantasma do Direito.

Na sua obra-prima ‘**Suma Teológica**’ São Tomás aborda vários tratados, aparecendo, entre esses, um sobre o Direito¹⁶⁰.

A Lei aquiniana veste vários tipos de traje, porém ela é uma só, a lei eterna, a que conduz o Homem ao fim último, à bem-aventurança eterna. A lei humana deriva da lei natural e essa é participação da lei eterna. O Homem traz impresso em si a lei eterna porque consegue por natureza discernir o bem e o mal¹⁶¹.

A lei eterna é necessária para orientar o Homem ao seu fim último. Se o Homem não visasse o fim último, mas apenas o natural não seria necessária a lei eterna. A lei eterna não está sujeita ao erro, porque ela é dada por Deus. “*Imprimirei as Minhas leis no seu espírito e gravá-las-ei nos seus corações*” (Heb 8, 10). Essa lei está impressa na consciência humana. A lei humana não consegue sancionar todos os males, daí a necessidade de uma lei interior à própria pessoa, lei essa que será seu próprio juiz¹⁶².

A lei eterna não é conhecida de forma perfeita por todos, embora todos tragam em si alguma irradiação sua. Uns conseguem captar mais e outros menos, isso depende do esforço que cada um faz no conhecimento da verdade. Quem se esforçar mais conhecerá mais, e quem não se esforçar conhecerá menos¹⁶³. Toda a lei deve derivar da lei eterna, porque a lei que não deriva da lei eterna não será justa e legítima¹⁶⁴.

2.1. A essência da Lei

Para Aquino lei é regra e medida dos actos segundo os quais alguém é inclinado a agir ou é impedido de agir. A razão é regra e medida dos actos humanos, que é o primeiro

¹⁶⁰ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Questões sobre a Lei na Suma Teológica*, in Escritos Políticos. Petrópolis. Editora Vozes. 1997. Pp. 35-117 (q.90-97).

¹⁶¹ Idem, ibidem, pp. 42-47 (q.91 a.1-3).

¹⁶² Idem, ibidem, p. 49 (q.91 a.4).

¹⁶³ Idem, ibidem, p. 63 (q.93 a.2).

¹⁶⁴ Idem, ibidem, p. 65 (q.93 a.3).

princípio dos actos humanos. E cabe à razão ordenar para o fim, porque é o primeiro princípio do agir, e por consequente a lei é algo que pertence à razão¹⁶⁵.

O fim último da vida humana é a felicidade eterna ou a beatitude e compete à razão conduzir as acções para o fim último. E como a lei é algo da razão, é necessário que vise, sobretudo, ordenar para a felicidade.

Cada parte deve ser ordenada para o todo, também a lei deve ordenar cada homem, como parte da comunidade, para o bem comum, isto é, à felicidade de todos, dado que é essa a sua missão. A Lei deve visar o bem comum, isto é, a felicidade da comunidade. Se não for para dirigir as partes para o bem comum, essa não tem razão de lei. Portanto a lei deve sempre ordenar o bem comum, ou seja, a felicidade da comunidade¹⁶⁶.

Portanto, a Lei em São Tomás tem a função de ordenar para o bem comum. E, para isso, cabe ou compete a todo o povo ou a alguém que é seu representante fazer lei. E, por conseguinte, deve ser estabelecida por todo o povo ou por alguém que tem o dever de cuidar dele¹⁶⁷.

Uma pessoa privada não consegue conduzir eficazmente a outra à virtude. Pode apenas dar conselhos, mas se o seu conselho não for ouvido, não tem poder coercitivo, como tem a lei para induzir com eficácia à virtude. O poder coercivo está em todo o povo ou em alguém que pode aplicar a pena. Portanto, cabe apenas a ele elaborar as leis¹⁶⁸.

Uma regra ou medida é imposta mediante sua aplicação para aqueles que devem ser reguladas e medidas por ela. Uma lei para obter força obrigatória própria de lei, precisa ser aplicada aos homens e tal aplicação só é feita quando ela é notificada a eles por uma promulgação. Portanto, a promulgação é necessária para que a lei obtenha sua força¹⁶⁹. A lei natural não precisa de promulgação, porque no momento em que Deus a inseriu na mente humana, o Homem já a conheceu naturalmente. Ele já traz consigo a promulgação dessa lei, porque ela lhe é natural¹⁷⁰.

¹⁶⁵ Idem, ibidem, p. 36 (q.90 a.1).

¹⁶⁶ Idem, ibidem, p. 38 (q.90 a.2).

¹⁶⁷ Idem, ibidem, p. 40 (q.90 a.3).

¹⁶⁸ Idem, ibidem.

¹⁶⁹ Idem, ibidem, p. 41 (q.90 a.4).

¹⁷⁰ Idem, ibidem.

2.2. Os tipos de Lei

Toda a comunidade do universo é governada pela razão divina. Quem governa alguma comunidade e essa faz parte da comunidade geral, logo a lei que rege a essa comunidade é divina. Existe uma lei que é eterna, porque visa ordenar para o fim último todas as outras leis¹⁷¹.

São Tomás defende que existe uma lei natural nas criaturas racionais, e que essa lei natural é participação da lei divina. Porque a criatura racional está submetida à divina providência, donde é participação da razão eterna¹⁷². A lei é natural ao homem porque ele já traz em si a capacidade de discernir o bem do mal, que é a função da lei natural que é uma impressão da luz divina no homem¹⁷³.

Aquino acredita que existem dois tipos de lei: uma que é eterna e outra que é temporal, que ele chama de lei humana. Para ele existe a lei humana, porque a razão humana não pode participar do pleno ditame da razão divina e não consegue obter o conhecimento pleno da verdade segundo a sabedoria divina. O Homem participa naturalmente da lei eterna segundo certos princípios comuns, mas não no que diz respeito às determinações particulares das coisas individuais que, entretanto, estão contidas na lei eterna. Daí a necessidade da razão humana ir mais além e sancioná-las por lei¹⁷⁴.

A razão humana é imperfeita, mas traz inerente o desejo da perfeição. É esse desejo, isto é, o desejo de praticar o bem que demonstra que o Homem participa da lei eterna. Embora muitas vezes não a obedece, não a cumpre, há no íntimo o desejo de fazer o bem. Como diz São Paulo: *“Efectivamente, o bem que eu quero não o faço, mas o mal que não quero é que pratico”* (Rom 7, 19).

Segundo o Doutor Angélico, para além da lei natural e da lei humana, foi necessário haver a lei divina para a orientação da conduta humana. E isso por quatro razões: primeiro, porque a lei serve para orientar os actos humanos ao fim último. Se o homem não fosse ordenado para um outro fim, para além daquele que lhe é natural, não seria necessária nenhuma outra direcção por parte da razão que fosse superior à lei natural e humana que é derivada dela. Mas, como o Homem é ordenado a um fim superior ao natural, que é a

¹⁷¹ Idem, ibidem, p. 43 (q.91 a.1).

¹⁷² Idem, ibidem, p. 44 (q.91 a.2).

¹⁷³ Idem, ibidem.

¹⁷⁴ Idem, ibidem, p. 47 (q.91 a.3).

felicidade eterna, por isso, é necessário que para além da lei natural e humana, ele fosse orientado para seu fim por uma lei divina¹⁷⁵. Segundo, a incerteza do juízo humano devido às questões contingentes e particulares, faz com que sobre os actos humanos, diferentes pessoas formem diferentes juízos, resultando disso leis diferentes e diversas. E para que o homem possa saber com clareza o que deve fazer e o que deve evitar, foi necessário que fosse dirigido em seus próprios actos por uma lei dada por Deus, que não pode errar¹⁷⁶. Terceiro, o homem pode fazer leis a respeito do que pode julgar. Mas, ele não consegue julgar os impulsos interiores, que estão ocultos, só consegue julgar os actos exteriores que são observáveis. E para a perfeição da virtude é necessário que o Homem se comporte correctamente em ambos os actos. E como a lei humana não consegue rectificar e dirigir suficientemente os actos interiores, foi necessário, para esse propósito, que sobreviesse uma lei divina. Quatro, como a lei humana não pode punir ou proibir todos os males que se pratica, porque ao visar abolir todos os males, aboliria muitas coisas boas, e impediria o avanço do bem comum necessário ao convívio humano, e para que nenhum mal ficasse sem proibição e castigo, foi necessário sobrevir à lei divina pela qual são proibidos todos os pecados¹⁷⁷.

São Tomás demonstra com clareza que só a lei natural e humana são insuficientes para orientar e conduzir os actos do Homem para o seu fim último, mas que é necessário uma lei divina que possa auxiliar o Homem nos actos onde as outras leis não conseguem penetrar.

2.2.1. A Lei eterna

A razão da sabedoria divina é eterna porque tudo move para o seu fim. A lei eterna é a razão da sabedoria divina porque ela dirige todos os actos e movimentos¹⁷⁸.

A lei eterna não é conhecida de forma perfeita por todos. Deve dizer-se que algo pode ser conhecido de dois modos: em si mesmo ou através do seu efeito. Segundo São Tomás ninguém pode conhecer a lei eterna em si mesma, excepto os bem-aventurados que vêem Deus por sua essência. Contudo, a criatura racional conhece-a segundo alguma irradiação, maior ou menor. Todo o conhecimento da verdade é uma certa irradiação da lei eterna que é a

¹⁷⁵ Idem, ibidem, p. 48 (q.91 a.4).

¹⁷⁶ Idem, ibidem, p. 49 (q.91 a.4).

¹⁷⁷ Idem, ibidem.

¹⁷⁸ Idem, ibidem, p. 61 (q.93 a.1).

verdade imutável. Todos conhecem a verdade de algum modo através dos princípios comuns da lei natural. Alguns participam mais, e outros menos, no conhecimento da verdade, e segundo o que fazem, demonstrem conhecer mais ou menos a lei eterna¹⁷⁹.

Segundo Aquino como não se conhece Deus em si mesmo, também não se conhece a lei eterna na plenitude, embora se sinta essa lei em nós como sentimos em nós a presença de Deus. Mesmo que conhecêssemos a lei eterna, isso não nos levaria a conhecer toda ordem das coisas segundo a qual está ordenada¹⁸⁰. A razão humana não tem a mesma capacidade que a razão divina, portanto não consegue conhecer tudo o que conhece e nem saber tudo o que sabe a razão divina. A lei eterna é a razão de todas as leis, e ela é a primeira lei da qual todas as outras leis derivam. Deus é o governo dos governantes, portanto a lei dos governantes governados por Deus deve derivar-se da lei eterna. A lei humana só é justa, recta e legítima se for derivada da lei eterna¹⁸¹. A lei humana não deve aprovar acções que a lei eterna reprova¹⁸².

Toda a natureza está sujeita à lei eterna, e o Homem como parte da natureza também está sujeito à lei eterna e sendo criatura racional possui de algum modo a noção da lei eterna. Todo o ser humano é por natureza inclinado a ser virtuoso. Só que nem todos procuram a melhor forma de o conseguir. Nos maus, a inclinação natural para a virtude é depravada pelo vício, e além disso, o conhecimento do bem é obscuro devido às paixões e hábitos do pecado. Enquanto que nos bons a inclinação natural para as virtudes é perfeita, e ainda, acima do conhecimento natural do bem, acrescenta-se-lhes o conhecimento da fé e da sabedoria e, acima da inclinação natural para o bem, acrescenta-se-lhes a moção mais interior da graça e da virtude¹⁸³.

Todos nascem com a disposição para o bem. Mas, não basta a disposição para tornar o Homem bom, ele deve esforçar-se para a perfeição. Aqueles que conseguem aperfeiçoar-se, aproximam-se cada vez mais do bem e aqueles que não se esforçam, afastam-se cada vez mais do bem e aproximam-se cada vez mais do mal. O Homem em si não é mau, mas torna-se mau porque não se dedica com amor ao cultivo das virtudes, mas, mais ao vício que lhe leva ao pecado. Para o Doutor Angélico aquele que segue a lei da carne não segue a lei de Deus. Porém, diz ele, em nenhum Homem a lei da carne exerce o domínio, de tal modo que todo o bem da natureza se corrompe. Por mais que o Homem se desvie do bem, subsiste alguma

¹⁷⁹ Idem, ibidem, p. 63 (q.93 a.2).

¹⁸⁰ Idem, ibidem.

¹⁸¹ Idem, ibidem, p. 65 (q.93 a.3).

¹⁸² Idem, ibidem, p. 66 (q.93 a.3).

¹⁸³ Idem, ibidem, p. 71 (q.93 a.6).

inclinação para praticar as obras da lei eterna. O pecado não destrói todo o bem da natureza¹⁸⁴. Isso significa que no fundo, o Homem é bom, que ele não é inteiramente mau. É esse resíduo para o bem, que resiste ao mal, que pode salvar o Homem da condenação eterna.

2.2.2. A Lei natural

A lei natural não é um hábito, porque se o fosse, seria adquirido, e ela não é adquirida, mas sim é inerente ao Homem, que já a traz impressa em si. Ela não é adquirida por treino ou por instrução¹⁸⁵.

A lei natural tem vários preceitos, mas com uma única raiz. É preceito da lei natural que todos devem fazer o bem e evitar o mal, evitar a ignorância, respeitar e não ofender os que devem conviver com ele. A razão é o regulador da lei natural e ela é comum a todos os seres racionais¹⁸⁶.

Os actos das virtudes são de lei da natureza enquanto forem virtuosos, porque todos os actos virtuosos pertencem à lei da natureza. Mas nem todos os actos virtuosos são da lei da natureza, quando se fala dos actos virtuosos segundo eles próprios. Isso devido às diversas condições dos homens, em que alguns actos são virtuosos para uns, porque lhes são proporcionais e convenientes, e para outros nocivos, porque não são nem proporcionais e nem convenientes¹⁸⁷.

A lei da natureza no que diz respeito aos princípios gerais é a mesma para todos, tanto na sua rectidão como no seu conhecimento. Mas, no que concerne a certas questões de detalhes, que são conclusões desses princípios gerais, ela é a mesma para todos na maioria dos casos, embora em poucos casos possa falhar, tanto no que toca à rectidão quanto ao conhecimento. Isso ocorre porque alguns têm a razão depravada pela paixão, por um mau costume ou por uma má disposição da natureza. Por exemplo: o roubo não era considerado errado em algumas sociedades, embora seja expressamente contrário à lei natural¹⁸⁸. Como muitas outras coisas que se fazem, que são erradas em algumas sociedades e em noutras permitidas, mas que vão contra a lei natural. Por exemplo: abandonar os idosos quando estes

¹⁸⁴ Idem, ibidem, p. 72 (q.93 a.6).

¹⁸⁵ Idem ibidem, p. 73 (q.94 a.1).

¹⁸⁶ Idem, ibidem, pp. 75-77 (q.94 a.2).

¹⁸⁷ Idem, ibidem, pp. 78-79 (q.94 a.3).

¹⁸⁸ Idem, ibidem, p. 81 (q.94 a.4).

já não produzem mais, ou matar os bebés do sexo feminino, porque trazem algum prejuízo como acontece com os esquimós¹⁸⁹.

A razão governa e comanda outras potências, e é necessário que todas as inclinações naturais pertencentes às outras potências sejam dirigidas de acordo com a razão¹⁹⁰.

A lei natural pode ser mudada de dois modos segundo Aquino: pela adição ou pela subtracção. Pela adição, porque pode ser acrescentado algo a ela, tanto pela lei divina como pelas leis humanas que trazem benefício à vida humana. Pela subtracção, quando algo deixa de ser de lei natural, que antes vigorava, segundo a lei natural¹⁹¹. São Tomás defende que a lei natural, quanto aos primeiros princípios, é imutável. Porém, pode mudar em algo particular e em poucos casos, por algumas causas especiais que impedem a sua observância¹⁹².

A lei natural não pode ser abolida do coração do Homem de forma universal quanto aos princípios comuns, porque ela está escrita no seu coração¹⁹³. Só é abolida em algo de operável, quando a razão for impedida de aplicar o princípio geral ao operável particular por óbice da concupiscência ou por alguma paixão¹⁹⁴.

2.2.3. A Lei humana

É útil a instituição de leis pelos homens para manter a ordem. É que com medo da punição, o Homem evita o mal em favor do bem. O Homem tem uma tendência natural para a virtude, porém a perfeição da virtude deve ser adquirida por ele, através da educação. Como o Homem tem tendência a desviar-se do caminho certo devido a prazeres impróprios, ele precisa de leis para o sancionar caso se desvie do caminho certo. No caso dos jovens que têm uma boa disposição natural, basta admoestação familiar para serem virtuosos muito mais que a coacção. Porém, no caso dos adultos que já são depravados e predispostos ao vício, nem os bons conselhos adiantam em alguma coisa. Contudo, para os afastar do mal é necessário usar força e meter-lhes medo, de tal forma que se afastem dos maus procedimentos e deixem os

¹⁸⁹ RACHELS, James. *Elementos de Filosofia Moral*. Lisboa. Gradiva-Publicações. 2004. p. 35.

¹⁹⁰ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Questões sobre a Lei na Suma Teológica*, op. cit., p. 82 (q.94 a.4).

¹⁹¹ Idem, ibidem, p. 83 (q.94 a.5).

¹⁹² Idem, ibidem, p. 81 (q.94 a.4).

¹⁹³ Idem, ibidem, p. 85 (q.94 a.6).

¹⁹⁴ Idem, ibidem.

outros em paz e dessa forma ganhem o hábito de fazer com gosto o que antes faziam sob obrigação¹⁹⁵.

As leis fazem o Homem ser disciplinado, porque o obrigam pelo medo da pena, o que seria difícil conseguir somente com a boa vontade alcançar o bem comum. São Tomás defende na mesma perspectiva de Aristóteles que para o Homem conseguir viver em paz e ser virtuoso foi necessário que se instituíssem leis¹⁹⁶. Como diz Aristóteles (Política 1, 2), “*Assim como Homem é o mais nobre dos animais se for perfeito em virtude, também é o mais baixo de todos se se afastar da lei e da rectidão*”. Isso porque o Homem pode usar da sua razão para inventar coisas horríveis, o que os outros animais não são capazes de fazer¹⁹⁷.

Uma coisa é justa por ser certa de acordo com a regra da razão, e a primeira regra da razão é a lei da natureza. Isto implica que toda a lei humana apenas tenha natureza de lei na medida em que deriva da lei da natureza, mas se em algum ponto se desviar da lei da natureza, não será mais lei, mas perversão de lei. A lei natural manda não matar a ninguém e punir o malfeitor, o mesmo manda a lei humana. Só que a primeira tem força de lei tanto a nível natural como humano, enquanto a segunda só tem força a nível humano¹⁹⁸.

2.3. O poder da lei humana

A lei humana deve ser imposta em geral porque é feita para o bem comum. Nunca tendo em vista interesses privados ou particulares¹⁹⁹.

Segundo São Tomás, a lei humana impõe-se à multidão de homens, cuja maior parte é de homens não perfeitos na virtude. Por isso, não são proibidos pela lei humana todos os vícios dos quais os virtuosos abstêm-se, mas só os mais graves, dos quais é possível abster-se a maior parte da multidão e, sobretudo, os que dependem de outros, sem cuja proibição a sociedade humana não poderia conservar-se, como são proibido por lei humana os homicídios, os furtos e outras coisas semelhantes. Nem todos têm a mesma disposição natural

¹⁹⁵ Idem, ibidem, pp. 87-88 (q.95 a.1).

¹⁹⁶ Idem, ibidem, p. 88 (q.95 a.1).

¹⁹⁷ Idem, ibidem, p. 88 (q.95 a.1).

¹⁹⁸ Idem, ibidem, p. 90 (q.95 a.2).

¹⁹⁹ Idem, ibidem, p. 96 (q.96 a.1).

para evitar o mal e fazer o bem. Há coisas que são fáceis para o Homem virtuoso e não o são para quem não é virtuoso. Exige-se mais de quem tem mais, e mínimo de quem tem menos²⁰⁰.

A lei só obriga no foro da consciência se for justa, e para ser justa deve respeitar o fim que é o bem comum. Porém, se se exceder, o seu fim não é justo, e se alguém a impõe aos outros comete violência²⁰¹.

As leis podem ser injustas de duas maneiras: quando contrariam o bem humano, ou em relação ao fim, como quando uma autoridade impõe a seus súbditos leis que não conduzem ao bem comum, mas sim, ao seu próprio interesse; ou então como quando um homem faz uma lei que ultrapassa o poder confiado a ele; ou ainda quando são impostas responsabilidades desiguais sobre a comunidade, mesmo com finalidade para o bem comum. Esses são actos de violência em vez de leis. Portanto, essas leis não obrigam no foro íntimo, excepto se for para evitar escândalo ou perturbação, que um homem deve ceder em seu direito²⁰². Segundo, as leis são injustas quando opostas ao bem divino, como são as leis dos tiranos que induzem à idolatria, ou a qualquer outra prática contrária à lei divina. As leis que são contrárias ao mandamento de Deus não deveriam ser obedecidas²⁰³. Se a lei for justa e alguém não obedecer será culpado em sua consciência, mas, se for injusta e não for obedecida não haverá nenhuma culpa²⁰⁴. Portanto, para que não haja desprezo pelas leis é necessário que sejam sempre justas.

Para Aquino, só os homens bons é que estão isentos de lei, já que os homens virtuosos ou justos não precisam de lei, porque eles são leis para si mesmos. Quem é bom não precisa de lei para ser virtuoso porque consegue impor regras por si só à sua própria pessoa. Porém, os que são maus são-no porque não querem ser virtuosos. É por isso que existe a lei humana, além da lei natural, como forma de fazê-los cumprir à força o que não cumprem com boa vontade²⁰⁵.

Os homens espirituais que são conduzidos pela lei do Espírito Santo não estão sujeitos à lei em tudo o que repugna à condução do Espírito Santo. É da lei do Espírito Santo que todos os homens espirituais sujeitam às leis humanas, como diz o apóstolo Pedro “*Sede sujeitos a toda a criatura humana por causa de Deus*” (1 Per 2, 13).

²⁰⁰ Idem, ibidem, p. 99 (q.96 a.2).

²⁰¹ Idem, ibidem, p. 103 (q.96 a.4.)

²⁰² Idem, ibidem.

²⁰³ Idem, ibidem.

²⁰⁴ Idem, ibidem.

²⁰⁵ Idem, ibidem, p. 105 (q.96 a.5).

O superior não está isento da lei, e deve cumpri-la de boa vontade e não por coação. Todos os que estão sujeitos à lei devem agir segundo as palavras da lei. Ninguém deve agir fora da letra da lei para que a lei não perca validade.

Toda a lei é ordenada para salvaguardar o bem comum e quanto mais for observada terá maior vigor e razão de lei, e na medida em que falte perde força de obrigar. Por nenhuma razão se deve tolerar que o que foi feito para o bem comum seja duramente interpretado, de forma a ir contra o bem-estar dos mesmos²⁰⁶.

Às vezes nota-se que aquilo que é útil ao bem comum, em alguns casos particulares é extremamente nocivo para alguns. A razão para isto é que o legislador ao fazer a lei não consegue levar em conta todos os casos particulares e faz a lei segundo o que acontece com mais frequência para a utilidade do bem comum²⁰⁷. Portanto, se surgir um caso em que a observância de tal lei seja prejudicial ao bem comum, não se deve observá-la. Se a lei não traz perigo de imediato ao ser observada literalmente, não é da competência de ninguém dizer o que é útil ou inútil a tal caso, mas apenas a autoridade que tem o poder de dispensar da lei em tal situação. Todavia, se for urgente e não for possível recorrer ao superior, a própria necessidade manda dispensar. Como se diz: a necessidade não está sujeita à lei. Ela não vê a lei²⁰⁸. Em caso de necessidade ninguém está obrigado cumprir a lei, e isso não implica desrespeito ou julgar a lei.

Por mais sábia que uma pessoa for não consegue especificar todos os casos singulares por suas palavras, o que é adequado ao fim intencionado. E mesmo que se conseguisse não seria bom exprimir tudo de modo a evitar confusão e direccionar a lei para o que acontece com maior frequência²⁰⁹. Diz São Tomás que quando surgem casos sobre os quais a lei não prevê nada, o juiz ao aplicar a lei deve deduzir o que faria o legislador se tivesse tido em mente tal caso. Contudo, se houver dúvida, é melhor consultar o superior ou agir segundo as palavras da lei²¹⁰.

²⁰⁶ Idem, ibidem, p. 107 (q.96 a.6).

²⁰⁷ Idem, ibidem, p. 108 (q.96 a.6).

²⁰⁸ Idem, ibidem.

²⁰⁹ Idem, ibidem.

²¹⁰ Idem, ibidem.

2.4. As mudanças nas leis

São Tomás pergunta se a lei humana deve ser de algum modo mudada, e responde com as palavras de Santo Agostinho dizendo que “a lei temporal, ainda que justa, pode entretanto ser justamente mudada no decurso dos tempos”²¹¹. Para Aquino, sendo a lei humana certa regra da razão em que são dirigidos os actos humanos, são dois os motivos que sugerem que lei humana seja mudada. Por parte da razão, porque cabe a ela aperfeiçoar aquilo que é deficiente e imperfeito e torná-lo cada vez mais útil ao bem comum, tanto ao nível do conhecimento como ao das obras. Por parte dos homens, porque as leis são para regular os actos humanos, e por causa da mudança que pode haver nos actos do homem assim também pode haver mudança nas leis humanas²¹².

A lei humana só pode ser modificada quando tal mudança conduz ao bem-estar comum. Mudar a lei pode prejudicar o bem comum, porque pode afectar os costumes que trazem sempre eficácia para observância das leis. Quando uma lei é mudada, seu poder coercitivo diminui, na medida em que o costume é abolido. Por isso, a lei humana jamais deveria ser mudada, a não ser que o bem-estar que traz seja proporcional ao prejuízo que a mudança provoca²¹³.

O povo perde o costume quando as coisas mudam com frequência, porque perde o hábito e o comportamento torna-se anarquia e para colocar a ordem dá muito trabalho. A autoridade tem de ter muito cuidado em mudar a lei com frequência a não ser, como diz Aquino, nos casos em que o benefício que traz seja igual ao prejuízo que a mudança provoca.

As leis não devem ser mudadas na expectativa de alguma melhoria, mas só em caso de trazerem grandes benefícios ou em casos de grande urgência²¹⁴.

Segundo São Tomás, se a autoridade for contra o costume do povo perde poder, porque uma autoridade só tem poder quando age na pessoa da multidão. A lei tem maior observância quando o consenso é de todo o povo. Isto também acontece com a lei. Esta tem maior credibilidade se o consenso for de todo o povo. A vontade do povo é o poder do soberano. O costume pode adquirir vigor de lei ou revogar uma lei. Uma lei só é útil se estiver

²¹¹ Idem, ibidem, p. 109 (q.97 a.1).

²¹² Idem, ibidem, p. 110 (q.97 a.1).

²¹³ Idem, ibidem, p. 112 (q.97 a.2).

²¹⁴ Idem, ibidem.

em harmonia com o costume do povo²¹⁵. A autoridade só deve dispensar as leis humanas quando essas trazem prejuízo para o bem comum²¹⁶.

A lei é o grande edifício onde deve habitar o bem comum, mas nem sempre o Homem respeita esse edifício, porque as vezes o seu próprio construtor não o constrói adequadamente de modo a favorecer o bem-estar de todos. Se o Homem respeitasse o edifício do seu próprio ser, respeitaria todos os edifícios humanos.

Depois da análise deste segundo capítulo, será estabelecido no capítulo seguinte a relação entre a Moral e o Direito.

²¹⁵ Idem, ibidem, p. 114 (q.97 a.3).

²¹⁶ Idem, ibidem, p. 116 (q.97 a.4).

CAPÍTULO III

RELAÇÃO ENTRE MORAL E DIREITO EM SÃO TOMÁS DE AQUINO

1. MORAL E DIREITO

Depois de se ter analisado a Moral no primeiro capítulo, e a Justiça e o Direito no segundo capítulo, estabelecer-se-á neste terceiro capítulo a relação entre a Moral e o Direito em São Tomás de Aquino.

As virtudes morais só existem como virtudes verdadeiras se são inspiradas e orientadas para o fim último pela caridade, que é a mãe, rainha e forma de todas elas. Se a caridade é a forma de todas as virtudes, e a justiça é uma das sete virtudes fundamentais e a segunda das virtudes morais é porque a caridade lhe dá também a forma. A justiça é uma das quatro virtudes cardiais, e difere das outras três que são: prudência, fortaleza e temperança, porque ela versa sobre a pessoa em relação ao outro, enquanto que as outras três versam sobre a pessoa em relação a si mesmas. Quando se trata de bem que beneficia a ela mesma, basta-lhe as três virtudes, mas se transcende o seu interesse pessoal, a vontade precisa então de uma virtude especial que a ajude a superar seu egoísmo, e essa virtude é precisamente a justiça quando tem a ver com o outro²¹⁷.

A justiça em São Tomás é uma virtude moral e tem como objecto o direito, porque exercer a justiça é exercer o direito, e comparecer diante da justiça é comparecer diante do direito²¹⁸. Se a justiça é uma virtude moral, e o seu objecto é o direito, logo, a moral e o direito em São Tomás estão em estreita relação. Para São Tomás sem virtude não há moral, (*“a virtude é o princípio da actividade moral pelo qual o Homem alcança o fim e por isso todas as demais realidades morais se estendem e organizam em função da virtude. Ela é a*

²¹⁷ ESTÉBANEZ, Emílio G. Introdução – in SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., p. 459.

²¹⁸ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., p. 470 (q.57 a.1).

*realidade fundamental da existência moral. Organiza e orienta o Homem para o fim último da sua vida. O fundamento de toda a moral é o tratado da bem-aventurança como fim último do Homem. A moral da virtude é autónoma porque o Homem não deve submeter-se a leis estranhas a seu ser, mas unicamente a lei do seu ser, a lei de chegar a ser plenamente ele mesmo*²¹⁹), logo, sem justiça não há direito. A justiça é o fundamento da existência do direito. Sendo o direito objecto da justiça, tem a missão de garantir a efectividade da justiça na ordem social.

A justiça ordena o acto das outras virtudes ao bem comum, e o bem comum deve estar ordenado ao bem divino, e a virtude que ordena tudo ao bem divino é a caridade, isto é, a virtude do fim último²²⁰.

Embora seja consciente de que não cabe à lei impor a virtude, nem mesmo impedir todos os vícios, São Tomás entende que o direito depende da moral e a moral do direito, isto é, sem a moral não há direito e sem o direito não há moral²²¹. Porém, a moral e o direito em sintonia conseguem muito mais do que um deles sozinhos. Através da justiça, sabe-se se um homem é ou não virtuoso, porque ela é o reflexo das outras virtudes.

Como o Homem é um ser moral por excelência porque é chamado a ser virtuoso, também é um ser do direito porque vive em sociedade. O Homem para existir precisa do seu semelhante, desde a gestação à sepultura. Ele é o mais frágil e o mais dependente de todos os seres vivos. Portanto, por natureza, é um ser de relação e na relação, isto é, só se realiza estando em sociedade. A sua relação será mais humana quanto mais virtuoso for, e mais deficiente quanto menos virtuoso for. Se o Homem deixar-se perverter pelos maus vícios, enfraquece a sua virtude e corre o perigo de ter problemas na vida social, e muitas vezes nem a moral e nem o direito o salvam, porque corre o risco de ser expulso do convívio humano.

O Homem precisa da virtude por ser um ser de relação. Se não o fosse não seria necessária a virtude, logo, não seria necessário o direito. A moral e o direito existem porque o homem não é virtuoso por natureza, pois, se o fosse, não seriam necessárias regras e leis para lhe orientar na vida social e lhe fazer viver em paz com o seu semelhante. São Tomás, inspirado por Aristóteles, defende que o Homem só será virtuoso através do hábito, e por meio da educação²²². Portanto, o cultivo das virtudes humanas não acontece de forma automática, mas por meio de esforços e boa vontade, embora exista no Homem uma certa pré

²¹⁹ ALBA, Luís Iago. Introdução – in SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., pp. 3-6.

²²⁰ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., p. 481 (q.58 a.6).

²²¹ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica, Ia, IIae*, (q.95 a.2-3) – in Paul Valadier. *A Moral em Desordem*. Lisboa. Instituto Piaget. 1991. p. 114.

²²² SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Questões sobre a Lei na Suma Teológica*, op. cit., p. 87 (q.95 a.1).

disposição natural, que varia de pessoa para pessoa, segundo a personalidade, temperamento e carácter. Todavia, o Homem mesmo com regras e leis custa-lhe ser virtuoso. Imagine se não tivesse nada que o punisse quando agiria incorrectamente? A vida em sociedade seria impossível e, por conseguinte, ele nunca seria verdadeiramente humano.

1.1. Princípio e fim da Moral e do Direito

A Moral tem como princípio orientar o Homem no caminho do bem, para poder alcançar o seu fim último que é a felicidade eterna, ou seja, a bem-aventurança eterna. Sendo o Homem um ser dotado de razão e de vontade é um ser moral capaz do bem e do mal. A Moral estabelece regras que o Homem deve seguir para ser virtuoso e alcançar a felicidade prometida. A Moral está no íntimo do Homem, isto é, no fundo da sua consciência e é obra da sabedoria divina.

“No fundo da própria consciência, o Homem descobre uma lei que não se impôs a si mesmo, mas a qual deve obedecer; essa voz, que sempre o está a chamar ao amor do bem e fuga do mal, soa no momento oportuno, na intimidade do seu coração: faz isto, evita aquilo. O Homem tem no coração uma lei escrita pelo próprio Deus; a sua dignidade está em obedecer-lhe, e por ela é que será julgada. A consciência é o centro mais secreto e o santuário do Homem, no qual se encontra a sós com Deus, cuja voz se faz ouvir na intimidade do seu ser. Graças à consciência, revela-se de modo admirável aquela lei que se realiza no amor de Deus e do próximo”²²³

O Direito tem como princípio promover a justiça, isto é, a convivência entre os homens para favorecer a realização do seu fim, que é o bem comum.

São Tomás tem uma concepção naturalista da sociedade, porque acredita na tendência natural que o Homem tem para a socialização como forma de satisfazer as suas necessidades e realizar-se como Homem. Ele, como ser social, só existe em sociedade, e onde existe Homem, existe sociedade (ubi homo, ibi societas), do mesmo modo que onde houver sociedade haverá direito (ubi societas, ibi jus)²²⁴.

²²³ IGREJA CATÓLICA. *Concílio Ecuménico Vaticano II*. 10ª Edição. Braga. Editorial A. O. 1987. P. 355.

²²⁴ CUNHA, Paulo Ferreira. Introdução – in ARISTÓTELES. *Obra Jurídica*. Porto. Rés – Editora. S.d. p. 35.

A vida em sociedade não é fácil devido ao egoísmo humano. É por isso que é necessário a moral e o direito para determinar o procedimento dos homens, porque de outra forma seria impossível a vida em comum. Essas regras, de cunho ético, emanam fundamentalmente da moral e do direito, que procuram ditar como deve ser o comportamento de cada um. Como ambos são normas de conduta, apresentam um campo comum. Assim, quem ferir ou matar alguém, viola, ao mesmo tempo, norma jurídica, contida no Código Penal, e norma moral, contida na própria consciência, que diz que não se deve prejudicar a ninguém.

A Moral é cumprida de modo espontâneo, mas, como as violações são inevitáveis, é indispensável que se impeça, com mais vigor e rigor a transgressão das regras que a comunidade considerar indispensável à paz social. O Direito representa apenas o mínimo de moral declarado obrigatório para que a sociedade possa sobreviver. Como nem todos podem ou querem realizar de maneira espontânea as obrigações morais, é indispensável armar de força certos preceitos éticos, para que a sociedade não sucumba. Porque se se deixar que o Homem, de sua livre e espontânea vontade faça o bem, seria muito difícil conseguir algo; porque nem para seu bem ele tem boa disposição para o efeito e muito menos para com os outros, por isso, Aquino cita as virtudes morais que são para a própria pessoa – a prudência, a temperança e a fortaleza – e virtude que é para com as outras pessoas – a justiça.

São Tomás, como conhecedor profundo do ser humano, percebeu desde cedo que só a moral não é suficiente para ajudar o Homem a ser virtuoso, por isso, para além de ter elaborado tratados sobre a moral também elaborou um tratado sobre o direito, como forma de melhor auxiliar o Homem no cultivo das virtudes. Aquino não defende que a moral deve estar com as vestes do direito ou que este deve estar com as vestes da moral, porque como ele mesmo disse, não é da lei impor a virtude, e nem acabar com os vícios. Mas defende que tanto a moral como o direito podem e devem ajudar o Homem a realizar o bem comum e alcançar o fim último.

Entre moral e direito existe um campo comum, sendo mais amplo o da moral. A moral actua, sobretudo, no foro íntimo do indivíduo, enquanto o direito se interessa essencialmente pela acção exteriorizada do homem, ou seja, por aquilo que fez, ou deixou de fazer na vida social. Por exemplo: a organização, ou armação de um crime, podendo ser indiferente ao direito, é repudiada pela moral, porque é reprovada pela própria consciência. O mal começa a existir primeiro no pensamento, e só depois é exteriorizada em acção. Enquanto continuar no pensamento ela abrange só a consciência, porém quando for exteriorizado em acção, e tornar-

se pública, já não abrange só a área da moral, mas também, a área do direito. Para além da reprovação moral no íntimo da consciência, também haverá reprovação moral da própria sociedade, porque esta começa a reprovar, e a reprimir a pessoa com injúrias, discriminação; e da parte do direito a pessoa recebe sanção jurídica pelo acto praticado, e essa sanção varia de acordo com a gravidade do acto.

A pessoa fica triplamente sancionada, primeira da consciência que o penaliza continuamente, intimando no seu íntimo sobre o porquê que terá feito o mal que deveria evitar; segunda da sociedade que não o vê com bons olhos, e até lhe discrimina, mas como a sociedade não pode sancionar juridicamente a pessoa pelos seus maus actos porque, como diz São Tomás, a sanção jurídica só cabe a aquele que tem o poder de zelar pelo bem comum, e esse terceiro cabe a autoridade jurídica²²⁵.

Quando houver falha moral haverá desarmonia e desequilíbrio no íntimo da pessoa e quando houver falha no direito haverá desarmonia e desequilíbrio social. Para manter a ordem da consciência, a pessoa tem de reconciliar-se consigo mesma e sentir-se perdoada pelas faltas cometidas. É que se a pessoa não se perdoar, a sua vida não terá sentido e pode correr o risco de por fim à vida, o que segundo São Tomás nunca se deve fazer em caso algum²²⁶. Quanto à ordem social, cabe ao direito colocá-la através de sanções jurídicas justas, segundo a justiça, e quem tem o poder de punir juridicamente é a autoridade e não a sociedade. Porém, a autoridade deve ser recta na aplicação das penas de forma a não haver possibilidades de novas desordens.

É difícil a moral não reprovar o que o direito reprova, contudo, existem acções que a moral não reprova e que o direito reprova. Por exemplo: se uma mãe estiver com os seus filhos a morrer de fome e ver que alguém tem alimento, sabendo que se pedir a pessoa não lhe dá, ela em consciência sente-se culpada se não conseguir obter alimentos para dar aos filhos. Só que para obter alimento tem que apanhar sem a autorização do dono. Esse acto é moralmente válido, porque como diz Aquino a necessidade não conhece lei²²⁷. Todavia, juridicamente é reprovado e punido. Mas, a sentença desse acto é muito menor do que quando alguém rouba coisas dos outros por vício ou maldade.

O mesmo pode acontecer com alguém que para se defender teve que privar a vida do agressor, não por ódio, mas em defesa própria. Em consciência, a pessoa não se sente culpada, porque sabe que não fez por maldade e, como diz Aquino, nessa condição a pessoa não é

²²⁵ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., p. 532 (q.64 a.3).

²²⁶ Idem, ibidem, p. 534 (q.64 a.5).

²²⁷ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Questões sobre a Lei na Suma Teológica*, op. cit., p. (q.96 a.6).

culpada, porque agiu em defesa própria e não por ódio. É certo que o direito pune-a, mas a sentença desse caso é mais leve do que a daquele que mata propositadamente. Com esses exemplos pode-se ver que existem actos que a moral não reprovava, mas e que o direito reprovava. Como também existem actos que são indiferentes ao direito e não à moral. Por exemplo: o direito não reprovava com sanções jurídicas a prostituição, o adultério, a zombaria, a calúnia e muitos outros males morais que a moral reprovava, tanto interiormente como socialmente. O que seria da sociedade se o direito punisse todos os males morais? O que seria do direito se punisse todos os males morais? Como diz Kant nas palavras de Paul Valadier, “*infeliz do legislador que pretendesse pelo constrangimento realizar uma constituição, visando princípios éticos*”²²⁸.

A Moral pune tudo o que em consciência é mau. Basta a pessoa ser consciente dos seus actos, para poder sentir-se livre ou culpada, porque se a pessoa não for consciente do mal que faz por causa da doença ou por ignorância não se sentirá culpada dos actos maus que fizer. E nesse caso nem a moral e nem o direito pode punir a pessoa, porque não é dono de si mesma, mas em consciência e em nome do direito não se pode deixar as pessoas desse tipo soltas, porque tirariam a paz e a tranquilidade sociais. Pode-se ver que a moral e o direito se aproximam e se distanciam, porque existem acções humanas que são reprovadas pela moral e não pelo direito, e acções reprovadas pelo direito e não pela moral e também acções reprovadas tanto pela moral como pelo direito.

Pode-se dizer que a moral e o direito não estarão sempre sentados num mesmo banco para reprovarem as condutas humanas. Não se pode querer que o direito puna todos os actos que a moral reprovava. Primeiro, porque a moral perderia o seu papel e seria direito e não moral. Também não se pode querer que o direito reprove tudo o que a moral reprovava porque não seria mais direito, mas sim moral. Portanto, a moral e o direito podem ter muita coisa em comum e desempenhar papéis semelhantes. Embora não irão estar de mãos dadas no mesmo terreno para combater o mal, estarão sempre na fronteira e na periferia um do outro.

No dia em que alguma autoridade quiser fazer impor a moral por meio do direito ou o direito por meio da moral, o Homem deixará de ser livre e perderá a sua racionalidade. A existência da moral e do direito prova que o Homem é livre e senhor dos seus actos. Por isso, quando for culpado recebe castigo pelos maus actos.

Muitas vezes, a liberdade humana faz o Homem pagar com a própria vida ou sofrer muito por não saber fazer bom uso dela. Se o Homem não fosse livre, não existiria moral e

²²⁸ VALADIER, Paul. *A Moral em Desordem*, op. cit., p. 114.

direito, para chamá-lo continuamente à sua responsabilidade, e a dos outros, por causa da sua liberdade. Afinal, a liberdade implica responsabilidade e responsabilidade implica a liberdade.

O castigo moral muitas vezes é tão duro como o do direito. Duro, porque a correcção é sempre uma dor e se a pessoa se emendar ganha a graça perdida diante de Deus e reconquista o prestígio, também perdido, diante dos homens. Porém, se a pessoa demonstrar frieza, pode correr o perigo de perder a amizade de Deus e a confiança dos homens, e se isso acontecer, a pessoa vive, mas um vivo sem vida, porque tanto a própria pessoa como a sociedade o marginalizam a ponto de ficar sem alternativas, onde o seu fim culmina com o inferno, estado sem retorno, sem a possibilidade da bem-aventurança eterna.

Também o direito sanciona a pessoa como forma de a corrigir para depois integrá-la de novo na sociedade, a não ser que a pessoa demonstrar-se incorrigível e perigosa para a ordem social a ponto de ser afastada para sempre do convívio social, condenando-a à prisão perpétua ou aplicando-lhe a pena capital. O último castigo só deve ser aplicado, segundo São Tomás, se a pessoa demonstrar-se incorrigível, porque se se demonstrar corrigível se lhe deve dar todo apoio, segundo à caridade²²⁹. Contudo, se a pessoa demonstrar-se incorrigível e perigosa de modo que impeça a realização do bem comum, para Aquino é melhor que se corte esse membro do corpo social, assim como para a saúde do corpo se corta um membro ou um órgão que estiver doente para não contaminar todo o corpo²³⁰.

No campo da moral a própria pessoa encontra-se sozinha no tribunal, ela é a voz da sua consciência. É a própria pessoa que se julga, que se pune, e isso acontece só quando o mal praticado é íntimo à pessoa, porque quando chegar à esfera do social também a sociedade a julgará. O mesmo acontece no campo do direito, não é só a pessoa que é sua juíza, porque haverá outros juízes que a julgam e a punem.

A moral não falha no seu julgamento, porque não corre perigo de fazer juízos errados, o que muitas vezes não acontece com o direito, que erra ao julgar o não culpado e atribui castigos não merecidos. Isso acontece porque o direito é exterior à pessoa, ninguém consegue penetrar na consciência do outro para desvendar o segredo que, quando disser “não sou eu o dono de tal acto”, para lhe dizer “és tu sim o autor do acto”. Só a moral faz a pessoa confessar o mal praticado porque a consciência a acusa. Contudo, se a consciência não se acusar não se deve declarar-se culpada, e nenhuma lei deve obrigá-la a fazer-se culpada, porque, segundo Aquino, é contra a caridade a lei que pune alguém injustamente.

²²⁹ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., p. 244 (q.25 a.6).

²³⁰ Idem, ibidem, p. 531 (q.64 a.2).

1.2. Fragilidade da Moral e do Direito

A moral e o direito nem sempre conseguem ajudar o Homem a alcançar o bem comum e seu fim último. A falta da consciência moral gerou homens monstruosos capazes de tudo. Não haverá lei eficaz que faz valer o direito sem a recta consciência. A consciência moral faz com que cada um seja lei para si mesmo, de forma que não sejam necessárias leis duras para o tornar capaz de viver em sociedade, porque os homens não seriam maus. Segundo São Tomás, a lei é para os homens não virtuosos, porque os virtuosos são leis para si próprios²³¹, não precisando de leis para serem virtuosos, pois já são virtuosos com a prática das virtudes.

Os homens que não conseguem ser virtuoso é que precisam de leis para poderem respeitar a realização do bem comum. E que só com as suas vontades não será possível a realização do bem comum. Com o enfraquecimento, ou a falta de consciência, o Homem vai perdendo o que tem de mais sagrado, a imagem e semelhança de Deus; e quando isso acontece haverá desvio do verdadeiro caminho e torna-se, como diz Aristóteles, o mais baixo dos animais, porque como ser racional pode usar da sua razão para fazer o mal que os animais não conseguem fazer²³².

O Homem tem sido elevado à mais alta dignidade, porque foi coroado de honra e glória, “ *Fizestes dele quase um ser divino, de honra e glória, o coroastes; destes-lhe poder sobre a obra das vossas mãos* ” (Sl 8, 6-7). Mas nem todos respeitam a grande consideração, a ponto de muitas vezes serem tratados como animais irracionais, já que uma grande parte de homens é considerada perigosa, a ponto de ser liquidada como se liquidam os animais selvagens, ou colocá-la em situação indigna de viver. Por que nem a moral e nem o direito consegue salvar o Homem dessa miséria?

Todos têm o dever de se formar na recta consciência se quiserem ser homens conscientes do bem e do mal. Sem a correcta formação da consciência, será quase impossível a realização da justiça sobre a terra, porque o Homem não consegue ser livre e responsável. A liberdade humana de que tanto se fala está ligada à responsabilidade e ambos são problemas de consciência.

A virtude é a realidade fundamental da existência moral. Sem a virtude não há moral e sem a moral não há homens conscientes e sem a consciência não há homens verdadeiramente humanos, porque as leis não fazem os homens serem virtuosos. A lei é apenas para ajudar os

²³¹ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Questões sobre a Lei na Suma Teológica*, op. cit., p. 105 (q.96 a.5).

²³² Idem, ibidem, p. 88 (q.95 a.1).

não virtuosos a respeitarem o bem comum. E muitas vezes para fazer valer o bem comum, a lei torna-se violenta, porque, não se pode conformar em tudo com a lei moral, como diz Paul Valadier, “porque ela deve *combinar-se com a violência, porque ela tem de lidar com seres humanos cuja vida não é conduzida, na totalidade, pela moral e que tendem, portanto, à violência e à injustiça, ela deve ajustar-se e, logo, autorizar, por vezes, o que a moral reprova*”²³³.

O Homem é, por natureza, um ser moral, racional e social, porque ele tem inerente a lei natural, figurando a lei humana apenas como um auxílio em favor daqueles a quem a lei natural degradou com a falta da consciência.

As constantes mudanças sociais tornam o direito cada vez mais complexo, mais frágil e mais duro para poder responder às demandas da sociedade. Porém, por mais complexa que for a sociedade, o direito veste sempre a mesma roupagem, porque deve respeitar o direito natural que é anterior e superior a ele e que se impõe a todos os povos. Toda a lei humana deve imanar do direito natural.

O Homem se perder a graça, isto é, se deixar de ser virtuoso e deixar-se guiar pelas paixões e vícios, torna-se mais propenso para o mal. É bom que cada um se esforce no cultivo das virtudes para não cair nas paixões desordenadas e vir a ser coagido com leis que muitas vezes tiram a dignidade do homem.

O Homem tem a tendência para ser virtuoso e como ser social que é, encontra na sociedade um mecanismo que o ajuda a ganhar o hábito do cultivo das virtudes, porque se não respeitar os costumes da sociedade onde vive será marginalizado por todos, e muitas vezes até pelo próprios amigos e parentes, e pode chegar a ponto de ficar sem nada e sem ninguém, abandonado na solidão, no sofrimento, até à morte. Ele muitas vezes não pode ser o que gostaria, e, com medo de perder o prestígio social, faz-se ser o que não é.

É impossível pensar que o próprio Homem é capaz de se desvalorizar a ponto de deixar de ser pessoa e passar a ser coisas que ele usa e os outros usam sem visar o verdadeiro fim. O Homem não é coisa, é senhor das coisas, portanto, não pode fazer-se e nem deixar-se ser coisa.

Qual é a razão da lei proibir muitas coisas e as pessoas continuarem a fazer o contrario? Isso acontece porque aquilo que a lei deveria proibir não proibiu? Muitas vezes, a lei não tem força porque a criatura humana é livre, também se não fosse livre não seria necessária a lei, e é devido a sua liberdade, que ele opta por cumprir ou não, muitas vezes

²³³ VALADIER, Paul. *A Moral em Desordem*, op. cit., p. 131.

consciente, e outras vezes não, da consequência do não cumprimento. A fraqueza humana, às vezes, é forte a ponto de a vontade de fazer o mal ser mais forte que a de fazer o bem. E a lei não consegue impor a sua força e poder, o que leva a sociedade a perder credibilidade relativamente às leis.

O Homem traz consigo o germe de bondade. Só que, muitas vezes, não tem aquela boa disposição que lhe permite crescer na virtude e, por isso, precisa da ajuda dos mais virtuosos. *“O Homem tem uma aptidão para a virtude; mas a perfeição da virtude deve ser adquirida pelo Homem por meio de alguma espécie de educação”*²³⁴.

Todo o ser humano, e de modo especial os que demonstrarem pouca ou quase nenhuma tendência para a prática das virtudes, devem ser orientados desde a mais tenra idade pelos pais e mestres, como forma de não virem a ser punidos pelos adultos de amanhã. *«Os jovens são o sol ou a tempestade do futuro»* (São João Bosco). Quanto mais cedo for feita a correção das tendências erradas, melhor será para a pessoa e para o corpo social. Só que hoje, mais do que nunca, as crianças e os jovens quase não têm referências, isto é, carecem de modelos onde possam se orientar no caminho do bem. Por isso, o mundo não pode exigir muito deles, mas infelizmente o mesmo mundo que os viu nascer os discriminará e os condenará. Como se pode exigir do Homem que seja bom se ele não foi ajudado a sê-lo? Como pode a lei não punir os que se autodestroem? Como é que a consciência não acusa os que se destroem e destroem os outros? Segundo o Doutor Angélico, as leis foram dadas ao homem como meio de lhe orientar no caminho do bem. *“As leis foram feitas para que, por receio delas, a audácia humana pudesse ser mantida sob controle, para que a inocência pudesse ser salvaguardada em meio à maldade, e para que o medo de punição pudesse impedir os maus de fazer o mal”*²³⁵.

Onde se encontra a moral e o direito? Segundo Paul Valadier, o direito não está no terreno da moral mas sim no da fronteira. *“O direito situa-se, portanto, numa linha de fronteira entre a Moral, que ele é impotente para fazer respeitar, e o viver em conjunto, de que ele estabelece as condições de possibilidade, com vista a uma coexistência feliz das liberdades”*²³⁶.

Se o direito conseguisse endireitar o homem torto, conseguiria suprimir a desordem, mas ele só consegue limitar. *“Pode falar-se de desgraça do direito, que deve regular uma violência procurando não agravá-la, mas sem pretender erradicar um mal social, que ele é*

²³⁴ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Questões sobre a Lei na Suma teológica*, op. cit., p. 97 (q.95 a.1).

²³⁵ Idem, *ibidem*.

²³⁶ VALADIER, Paul. *A Moral em Desordem*, op. cit., p. 117.

impotente como tal para suprimir”²³⁷. Quando é que o direito consegue fazer concordar as liberdades numa harmonia permanente? A moral e o direito, embora muitas vezes frágeis, acompanham o homem durante a sua existência sobre a terra, porque o Homem é chamado a ser virtuoso, isto é, a ser perfeito, ou melhor dizendo, propenso ‘à felicidade eterna’. Portanto leis e regras sempre haverão no mundo, enquanto existir o Homem como ser social.

2. OS DOIS PROBLEMAS ESPECIAIS

2.1. O Problema do Direito injusto

São Tomás no seu Tratado do Direito e da Justiça questiona se existe direito injusto, e se direito injusto é direito.

O direito deve garantir a efectividade da justiça na ordem social. Se o direito deixar de realizar a justiça, é porque deixou de ser o objecto da justiça e, por conseguinte, deixou de ser direito. Onde reina a injustiça, o direito deixou de existir há muito, ou então nunca existiu, porque, para São Tomás, direito e injustiça são incompatíveis. Não podem coabitar conjuntamente. Direito injusto não existe, porque não é direito. A lei só tem razão de lei se for justa, se for injusta não é lei. Ela tem como finalidade ordenar tudo ao bem comum, e só conseguirá esse fim se for justa.

A ideia da hierarquia aquiniana do direito é inspirada na ordem divina, porque segundo ele a primeira e última lei da qual todas as outras devem derivar é a lei eterna ou divina. A lei eterna é a origem, a forma e o fim de todas as leis. A lei natural é participação da lei eterna e a lei positiva deriva da lei natural. A lei positiva é instituída pelo homem e para o homem, por isso deve sempre respeitar a lei natural, porque se não a respeitar não será justa, e se não for justa não será lei. Para Aquino, como a lei natural abrange toda a natureza e como o Homem é um ser da natureza também a ela está sujeito. Porém, é necessário uma lei positiva, que se refere apenas à criatura humana, e que estabelece padrões de condutas mais específicos e concretos do que as formulações gerais e abstractas estabelecidas pela lei natural²³⁸.

²³⁷ Idem, *ibidem*.

²³⁸ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Questões sobre a Lei na Suma Teológica*, op. cit., p. 46 (q.91 a.3).

O direito deve respeitar a lei natural que é participação da lei eterna que há em cada criatura racional. Toda a lei humana imposta só tem razão de lei se derivar da lei natural. Se discordar em algo da lei natural já não se está ante a lei, mas ante a corrupção de lei²³⁹. Portanto, o que repugna à lei natural não pode tornar-se justo por decisão humana²⁴⁰.

A lei natural é universal e intemporal, porque abrange todos os povos e todos os tempos, enquanto a lei humana é particular e temporal, porque cada povo tem a sua lei segundo as suas necessidades. Por isso, nenhum povo deve impor a sua lei aos outros povos, a não ser que existam povos que não respeitam a lei natural. E se algum povo é imposta alguma lei que vai contra a lei natural, ele não a deve obedecer.

A lei humana deve respeitar a cultura e o costume do seu povo, se estes respeitarem a lei natural, porque muitas vezes a cultura e o costume vão contra a lei natural, e se forem contra a lei natural, a lei positiva não as deve respeitar, porque não seria lei e, por conseguinte, não teria força obrigatória.

São Tomás, tanto no Tratado da Justiça como no Tratado do Direito, defende fortemente o respeito da lei humana para com a lei natural. E se em algum momento a lei humana desrespeitar a lei natural, ninguém estará obrigado a obedecer.

A lei pode aprovar actos como o aborto, a eutanásia, o divórcio, contudo, ninguém será obrigado a praticar esses actos. E ninguém será condenado por não os ter praticado. Ai do dia em que a lei obrigar alguém a praticar actos desses tipos. Infelizmente, algumas pessoas abusam da inocência e da fraqueza dos outros para as levarem a fazer o que não fariam em perfeita consciência. Será que essas pessoas são conscientes dos actos que fazem em nome da lei? Não é por se terem aprovado certos actos que a sociedade os deve praticar. A sociedade deve sentir o dever de questionar certos actos que são aprovados e nunca os observar cegamente.

Os legisladores que não conseguem ver e sentir Deus nos outros, que pelo menos conseguem ver e sentir nos outros eles próprios e ver e sentir neles os outros a ponto de não instituir leis contra a dignidade da pessoa humana. Muitas vezes, concebe-se e aprova-se certas leis pela pressão ou necessidade social. Porém, os legisladores não devem ser tão infantis de legislar e aprovar tudo o que a sociedade achar que deve ser lei – ou então, impor leis à sociedade, leis essas que em vez de a libertar, a massacram, a escravizam e a destroem – mas somente aquelas que ajudam a dignificar o Homem como ser racional e humano.

²³⁹ Idem, ibidem, p. 90 (q.95 a.2)

²⁴⁰ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma teológica* III, op. cit., p. 472 (q.57 a.2).

São Tomás concorda com Santo Agostinho quando diz que aquilo que não é justo não parece ser lei e que a força de uma lei depende da extensão de sua justiça²⁴¹. Isto significa que quanto mais justa for uma lei mais força terá, e, obviamente, pouca ou nenhuma força, quanto mais injusta for. Portanto, se as autoridades querem que a lei que aprovam tenha eficácia no seio do seu povo, que elaborem leis justas, porque de outra forma, estariam condenados a elaborar leis sem sucesso.

A lei humana pode ser justa ou injusta; é justa quando respeitar a lei natural e injusta quando violar a lei natural. Se a lei humana for justa é inspirada em Deus e, portanto, deve ser observado, porque se não o for estaria a resistir ao próprio poder divino²⁴². A lei deve reflectir a vontade divina, isto é, a vontade perfeita, portanto, não pode estar sujeito a erros e por conseguinte não deve ser rejeitado como injusto. Porém se for injusta, ninguém estaria obrigado a cumprir.

São Tomás acredita que o direito injusto não existe, porque segundo ele, o Autor da máxima lei Deus é justo e perfeito, portanto, tudo o que procede d'Ele é perfeito e justo. Como amigo do Autor da lei de todas as leis acredita que a lei humana inspirada na lei natural que é participação da lei eterna não será injusta, e se porventura for injusta não terá força de lei, e poderá ser resistida. Portanto direito injusto não é direito, porque contraria o direito natural, e o que for contra o direito natural não é direito. O direito é objecto da justiça e a justiça tem como fim garantir o bem comum. O que lhe for contrário poderá eventualmente ser resistido. É o que analisaremos em seguida.

2.2. A Questão da resistência a injustiça

Depois de se ter reflectido um pouco sobre se o direito injusto é direito em São Tomás de Aquino, chegou o momento de se reflectir sobre o que se deve fazer no caso de existir ordens injustas. Segundo Aquino, lei injusta não deveria existir, em parte alguma e em nenhum momento, porque se a lei imana da lei eterna, e a lei eterna não está sujeita a imperfeição, porque o seu Autor é perfeito, logo, não deveria existir direito injusto. Todavia,

²⁴¹ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Questões sobre a Lei na Suma Teológica*, op. cit., p. 90 (q.95 a.2).

²⁴² Idem, ibidem, p. 103 (q.96 a.4).

se existir lei injusta, não se lhe deve obedecer, porque seria injustiça obedecer a lei injusta, e quem é justo não pode obedecer a lei injusta.

São Tomás concorda com a tese que defende que se deve resistir às injustiças, quer o juiz, quer as testemunhas, quer o carrasco, quer o réu. Todos os que sentirem a injustiça têm o direito de a ela resistir, tanto para consigo próprio como para com outros.

Se alguém for condenado injustamente, é justo apelar por uma nova justiça. Quem for condenado segundo a justiça e apelar, comete injustiça contra o juiz e contra o seu adversário, e deve ser castigado severamente²⁴³.

Segundo São Tomás, pode-se condenar à morte de duas maneiras: justamente ou injustamente. O réu que for condenado justamente não deve defender-se, mas aceitar a sua condenação. Porém, se um réu for condenado injustamente deve defender-se porque o seu julgamento foi uma violência, e deve resistir ao julgamento como se resiste aos assaltantes. Quando os governantes usam violência, assemelham-se a lobos ferozes ou a ladrões. “*Os seus governantes no meio deles, como lobos ferozes, que atacam a sua presa para verter o seu sangue*” (Ez 22, 27). Em tais circunstâncias, assim como é lícito resistir aos assaltantes, também é lícito resistir ao mau governante; a não ser em caso de grave escândalo, a que se segue uma séria perturbação²⁴⁴.

Quando alguém for justamente condenado à morte deve aceitar, contudo, não deve esperar pela morte permanecendo no lugar e nem ficar sem comer se for condenado a morrer de fome. Não pecaria se ocultamente conseguisse alimento, porque o não comer é suicidar-se²⁴⁵.

Só as leis justas têm a força de obrigar no foro da consciência por causa da lei eterna da qual derivam. Se uma lei é injusta não obriga no foro da consciência, só se for em vista de evitar escândalo ou desordem que alguém se deve conformar²⁴⁶. Ninguém deve conformar-se com a injustiça, a não ser que a desordem e o escândalo que a resistência pode provocar for maior do que aquela provocada pela injustiça.

São Tomás defende que se deve resistir ao direito injusto. Porém, em alguns momentos, não parece muito claro, porque ao mesmo tempo que defende a resistência, manda que se deve resignar para evitar escândalos, para não colocar em perigo o poder da autoridade, e ainda que é melhor confiar na justiça divina do que na humana e que seria uma graça se

²⁴³ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., p. 563 (q.69 a.3).

²⁴⁴ Idem, ibidem, p. 565 (q.69 a.4).

²⁴⁵ Idem, ibidem.

²⁴⁶ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Questões sobre a Lei na Suma Teológica*, op. cit., p. 103 (q.96 a.4).

alguém permanecesse firme e sofresse injustiça do que resistir, e que seria louvável se pudesse suportar pacientemente até, se for preciso, dar a vida por Cristo. Essa postura de São Tomás é devido ao tempo que ele viveu, em que quem queria viver em paz tinha que ser indiferente e não questionar o poder da autoridade; deve-se também ao cargo que ocupava, não permitia discordar porque a autoridade civil era a mesma que a religiosa, onde considerava o poder da autoridade como poder de Deus. Apesar de pouca clareza deu grande contribuição ao problema básico quando diz que não se deve obedecer leis injustas e que leis que não respeitam à lei natural não são leis.

Depois de analisar as sete virtudes fundamentais e o tratado do direito, chegou-se à conclusão de que existem virtudes que apelam pela resistência ao direito injusto e virtudes que apelam à resignação. As virtudes que apelam à resignação são: a fé, a esperança, a fortaleza e a temperança. São virtudes que ensinam que aquele que crê, acredita, confia e espera na justiça divina que é eterna, suporta a injustiça humana que dura apenas um momento, por ser passageira. As virtudes que apelam à resistência são: a caridade, a prudência e a justiça. Essas virtudes ensinam que se deve resistir e não conformar com as injustiças.

No tratado da caridade, Aquino diz que quem se conformar com a injustiça a ponto de não corrigir quem estiver no erro por descuido, negligência ou medo, faz pior do que quem comete injustiça. Também diz que ninguém deve vangloriar-se de corrigir quem estiver no erro, mas sim fazê-lo com humildade e na caridade²⁴⁷. Também no tratado da prudência, Aquino apela a resistência quando ensina que é prudente quem não obedecer a injustiça. No tratado da justiça e do direito, a questão da resistência é mais clara e mais polêmica. Na questão 64, artigo 4, do Tratado da Justiça, e na questão 96, artigo 4 do Tratado do Direito, Aquino apela à resistência.

Todas as virtudes apelam tanto à resistência como à resignação, porém, umas mais do que outras. A resistência que Aquino defende deve ser feita com prudência, justiça e caridade. É por isso, que dá a impressão de ser pouco claro nessa questão. A mesma coisa deve acontecer com a resignação, também deve ser aceite com fé, esperança, fortaleza e temperança.

Para Aquino, a própria resignação também é uma forma de resistência, só que é uma resistência pacífica, sutil que dá a impressão de conformar com a injustiça. Esse tipo de resistência é muito mais profunda e significativa do que aquela que emprega força e violência.

²⁴⁷ SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, op. cit., p. 302-308 (q.33 a1-6).

Aquino ensina que não é só a violência e a força que gritam contra a injustiça, mas que também o silêncio fala mais alto do que todas as vozes juntas. Os que entendem o grande valor da resistência pacífica não recorrem a nenhuma resistência violenta para reivindicar qualquer direito, porque sabem que violência gera violência e a pacificação gera a paz. Se o Homem actual compreendesse o valor da resistência pacífica, não haveria tanto sofrimento no mundo. Até quando o Homem consegue cultivar o espírito do perdão?

Calar com a injustiça não é cobardice, porque o Mestre dos Mestres 'Jesus Cristo' deixou-nos o seu exemplo. Ele foi o grande injustiçado, mas reivindicou e resignou, porque compreendeu a grande ignorância daqueles que o condenaram. O Doutor Angélico, que, compreendendo a mensagem deixada pelo seu mestre e amigo Jesus Cristo, não podia ser diferente nas suas ideias.

A ideia da moral e do direito aquiniano é sempre actual. São Tomás é o grande defensor tanto do direito natural como do comunitarismo, porque a lei humana deve respeitar a lei natural em tudo e deve estar ao serviço do bem comum.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de ter analisado a moral e o direito em São Tomás de Aquino, chegou-se a algumas considerações que serão demonstradas ao longo da conclusão.

No capítulo I, onde foram analisados as sete virtudes fundamentais, concluiu-se que todas elas estão relacionadas umas com as outras, porque têm como fim a felicidade eterna. O Homem só consegue alcançar a felicidade eterna se conseguir ser virtuoso. Para Aquino, a virtude é a realidade fundamental da existência moral. É através da virtude que o homem consegue ser plena e perfeitamente o que está chamado a ser. O Homem só consegue alcançar a perfeição na comunhão, isto é, na comunicação e na participação solidária que se dá mediante a virtude.

As virtudes teologais são virtudes que abordam a relação do homem com o seu Criador e Pai. Elas são virtudes, porque aperfeiçoam o Homem, e são teologais por terem Deus como origem, objecto, motivo e fim. São Tomás demonstra que Deus comunica com o Homem através da criação e graça, e o Homem comunica com Deus por meio da virtude. O Homem nos momentos difíceis e obscuros recorre a Deus através das virtudes, demonstrando que acredita e espera n'Ele. Para Aquino o Homem não deve, em momento algum desesperar, mas confiar sempre n'Aquele que tudo pode.

As virtudes cardiais são virtudes que se debruçam sobre as acções e paixões humanas. São Tomás agrupa em torno das quatro virtudes cardiais as inúmeras virtudes morais. São chamadas de virtudes cardiais, porque em torno delas giram todas as outras virtudes morais. Dentro das cardiais há virtudes que têm a ver com o Homem em relação a si próprio, e elas são: prudência, fortaleza e temperança, enquanto a justiça tem a ver com o outro, porque é a virtude do bem comum. São Tomás demonstra que as quatro virtudes

cardiais são indispensáveis para a vida do Homem em sociedade como ser dotado de razão e vontade, porque elas ajudam-no a escolher o bem e a evitar o mal.

Dentro das sete virtudes fundamentais, Aquino deixa transparecer que existem virtudes das virtudes, e elas são: a caridade e a justiça. Segundo ele, a caridade é a virtude do fim último, e é a mãe, mestra, rainha, porque ela conduz todas as virtudes ao bem divino. E a justiça é a virtude do bem comum, porque conduz todas as virtudes ao bem comum.

No segundo capítulo analisou-se algumas partes do tratado da justiça e o tratado do direito devido à proximidade de um com o outro. Depois da análise de algumas questões do tratado da justiça, concluiu-se que se trata de um tratado teórico moral sobre a justiça e que foi bem elaborado por São Tomás. Na análise do tratado do direito concluiu-se que se trata dum tratado sobre as leis. Nesse tratado, São Tomás aborda vários tipos de leis: eterna, natural e humana. Segundo ele a lei natural é participação da lei eterna e por conseguinte a lei humana deve estar de acordo com a lei natural, isto é, a lei humana deve respeitar os princípios gerais da lei natural que são comuns à todos os povos e válidos para sempre.

Aquino defende que nenhuma lei humana deve deixar passar a injustiça, caso contrário, não é lei, mas corrupção de lei. E portanto, não se deve tornar justa, por decisão humana, nenhuma lei injusta. Notou-se que o tratado do Direito é o reflexo do tratado da justiça, porque muitos dos aspectos abordados por São Tomás no tratado da justiça também foram abordados no tratado do direito. E ainda ficou claro que os tratados têm muita coisa em comum, como por exemplo, a defesa da realização do bem comum.

Tanto no Tratado do Direito, como no da Justiça deixa-se transparecer com clareza que São Tomás é jusnaturalista e comunitarista: jusnaturalista, porque defende com todas as suas forças a existência do direito natural, isto é, que no homem existe lei inata que lhe leva a aderir ao bem e a evitar o mal. Essa lei se encontra na intimidade do seu ser e lhe chama continuamente a escolher o bem e a fugir do mal; comunitarista, porque defende com grande vivacidade que tudo o que o Homem individual faz só vale se for ao serviço da realização do bem comum. Aquino demonstra em muitas passagens que se algo estiver a impedir a realização do bem comum deve ser sacrificado para o bem da comunidade. E que se deve conservar, a todo o custo, tudo o que favorece o bem comum.

No terceiro capítulo, fez-se a relação entre os dois capítulos anteriores e chegou-se à conclusão de que a moral e o direito aquiniano relacionam-se um com o outro. Ao longo da análise das virtudes fundamentais e do Tratado do Direito, a relação entre Moral e Direito

revela-se evidente. Como já se disse, a virtude está ao serviço da moral, e uma das grandes virtudes morais é a justiça. Esta ajuda as outras virtudes na realização do bem comum, e segundo Aquino o direito é o objecto da justiça. Isso significa que sem justiça não há direito, como também sem direito não há justiça. E ainda, que é através do direito que se realiza a justiça, ou seja, o direito é que faz efectivar a justiça. Portanto, o Homem como ser social dotado de razão e vontade necessita da virtude da justiça e do direito como meio eficaz para a realização do bem comum. A justiça como virtude moral geral e o direito como objecto da justiça demonstram que a moral e o direito aquiniano se relacionam fortemente.

Quanto à questão dos dois problemas especiais – se o direito injusto é direito, e se se deve resistir ao direito injusto, chegou-se à conclusão de que segundo São Tomás, direito injusto não é direito, e portanto não se deve obedecer ao direito injusto. Isso significa que leis injustas não são leis porque não estão de acordo com a lei natural. Por isso não se deve obedecer às leis injustas. Para Aquino, a autoridade que impõe leis injustas está a ser tão violenta como os assaltantes, e como se resiste ao ataque dos assaltantes, também se deve resistir às autoridades que impõem leis injustas. Aquino defende que um homem só deve ceder em seu direito, se a resistência põe em perigo o bem-estar da comunidade, isto é, causando escândalo e desordem.

Para alguns pensadores, Aquino não é claro na questão da resistência ao direito injusto, porque ao mesmo tempo que defende o dever de resistir, apela também pela resignação. São Tomás teve essa atitude, porque temia que a resistência poderia provocar desequilíbrio e instabilidade social e impedir a realização do bem comum que tanto defendeu, ou ainda trazer descrédito no poder das leis e da autoridade e provocar anarquia. Uma outra leitura que se pode fazer a respeito da resistência, tem a ver com o tempo em que viveu e com o cargo que desempenhou. E como homem moderado e prudente que era não podia ter uma atitude diferente do que teve. O seu pensamento deixa transparecer que não se deve resistir a qualquer acto ou lei injusta, mas somente aos que colocam em perigo o bem comum.

Ao entrar em contacto com o pensamento moral e jurídico aquiniano, conheceu-se melhor aquele que foi considerado Santo e Doutor da Igreja e um dos grandes pensadores do segundo milénio. Com a realização deste trabalho aprendem-se muitas coisas que servirão para a vida e também o melhor modo de como se relacionar com os outros, já que só se é Homem estando em sociedade e disso não se escapará nunca, enquanto houver vida.

Acredita-se e espera-se que todos aqueles e aquelas que tiverem contacto com esse trabalho encontrarão alguma luz que lhes possam iluminar os olhos da sua existência e serem mais conscientes daquilo que são chamados a ser.

São Tomás de Aquino ora por nobis.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola. *História da Filosofia*. Vol. 4. 5ª Edição. Lisboa. Editorial Presença. 2000.

ALBA, Luís Lago. Introdução – in SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, Parte II-II (a). Madrid. Biblioteca de Autores Cristianos. 2002.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômacos*. Brasília. Editora Universidade de Brasília. 2001.

_____. *Obra Jurídica*. Porto. Rés – Editora. S.d.

CUNHA, Paulo Ferreira. Introdução – in ARISTÓTELES. *Obra Jurídica*. Porto. Rés – Editora. S.d.

ESTÉBANEZ, Emílio G. Introdução – in SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, Parte II-II (a). Madrid. Biblioteca de Autores Cristianos. 2002.

BÍBLIA SAGRADA. Lisboa. Difusora Bíblica. (Missionários Capuchinhos). 1991.

IGREJA CATÓLICA. *Concílio Ecuménico Vaticano II*. 10ª Edição. Braga. Editorial A. O. 1987.

IGREJA CATÓLICA. *Missal Popular – Ferial, Comuns Santoral*. Vol. II. Coimbra. Gráfica de Coimbra. 1983.

IGREJA CATÓLICA. Papa (João Paulo II). *Catecismo da Igreja Católica*. Coimbra. Gráfica de Coimbra. 1993.

PAZ, Hermínio de. Introdução – in SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, Parte II-II (a). Madrid. Biblioteca de Autores Cristianos. 2002.

RACHELS, James. *Elementos da Filosofia Moral*. Lisboa. Gradiva-Publicações. 2004.

SÃO TOMÁS DE AQUINO. *Suma Teológica III*, Parte II-II (a). Madrid. Biblioteca de Autores Cristianos. 2002.

_____. *Questões sobre a Lei na Suma Teológica*, in *Escritos Políticos*. Petrópolis. Editora Vozes. 1997.

VALADIER, Paul. *A Moral em Desordem*. Lisboa. Instituto Piaget. 2002.